

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR
Nº 56/04, QUE DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS MILITARES DO ESTADO DE MATO
GROSSO, REALIZADA NO DIA 10 DE MARÇO DE 2005, ÀS 14:30 HORAS.

ATA Nº 005

PRESIDENTE - DEPUTADO HUMBERTO BOSAIPO

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Invocando a proteção de Deus, fonte inesgotável de sabedoria e justiça, declaro aberta a presente Audiência Pública por nós requerida para tratar do Estatuto dos Militares do Estado de Mato Grosso.

Agradecendo a presença de todos, convido para compor a Mesa o Deputado Alencar Soares, a Deputada Verinha Araújo, o Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, Cel. Sales, o Cel. Élcio Hardoim, Secretário Adjunto da Gestão Administrativa e Financeira da Secretaria de Segurança, o Cel. Ovídio Brugnoli, Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar.

Gostaria da presença do Dr. Zaluir e do Major Coneza, Presidente da Associação dos Oficiais da PM dos Bombeiros. Gostaria, também, de contar com a presença da esposa de um militar. São tantas as líderes que temos que escolher com cuidado. Convido a representante, a Sr^a Helena Rodrigues, Presidente da Associação da Família Milicianiana de Várzea Grande.

Gostaria de contar com a presença de um Vereador para representar os Vereadores eleitos nos municípios de Mato Grosso, pela Polícia Militar. Convido o Vereador Leomar Mota, de Cáceres, representando os demais Vereadores que foram eleitos neste último pleito nas eleições municipais.

Convido a Sr^a Antônia Parreira, Vice-Prefeita de Pontal do Araguaia, nossa colega de infância.

Convido ainda para compor a Mesa, o Coronel Edir e o Major Wolkmer.

Composta a Mesa, convido a todos para, em pé, ouvirmos o Hino Nacional Brasileiro.

(NESTE MOMENTO, É EXECUTADO O HINO NACIONAL BRASILEIRO - PALMAS.)

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Nós estamos aguardando a presença de mais alguns Deputados.

Justificar que o Deputado J. Barreto, também um dos defensores da Polícia Militar nesta Casa, está na Secretaria de Segurança, juntamente, com o Deputado Zé Carlos do Pátio, tratando de um assunto de segurança de Rondonópolis. Mas chegarão aqui brevemente.

Nós também queremos cumprimentar os militares que estão no Auditório Milton Figueiredo, estão assistindo no telão pela TV Assembléia, Canal 36. Nós estamos transmitindo ao vivo para Cuiabá e Várzea Grande, são mais de vinte mil pessoas que assistem esse canal. Neste momento, eles estão também nos assistindo no Auditório da Casa.

Quero dizer que esta é uma Audiência Pública requerida por mim, e também pela Deputada Verinha Araújo, pelos Deputados J. Barreto e Alencar Soares. Trabalhamos aqui com relação ao Projeto do Estatuto da Polícia Militar, eu, particularmente, contabilizei as vezes que

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR
Nº 56/04, QUE DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS MILITARES DO ESTADO DE MATO
GROSSO, REALIZADA NO DIA 10 DE MARÇO DE 2005, ÀS 14:30 HORAS.

solicitei este projeto aqui. Foram sessenta e oito cobranças no plenário para que este projeto chegasse aqui.

De forma que esta é a primeira audiência oficial do Estatuto e vamos ouvir o palestrante, que disporá de dez minutos, se for necessário prorrogá-los, para sua explanação. Com a palavra, o Major do Bombeiro Militar, Paulo Wolkmer.

O SR. PAULO WOLKMER - Deputado Humberto Bosaipo, autor do Requerimento desta audiência pública, demais autoridades que integram a Mesa Diretora.

Os militares eu quero cumprimentar em nome do meu comandante, Coronel Brugnoli, e em nome da Veranei quero cumprimentar todos os integrantes da família miliciana aqui presentes.

Para esta audiência pública requerida pelo Deputado Humberto Bosaipo, nós preparamos aqui alguns eslaides.

(O ORADOR PROCEDE A SUA EXPLANAÇÃO, FAZENDO USO DE DATA-SHOW.)

O SR. PAULO WOLKMER - Na verdade traçando o retrospecto desse projeto de lei, Deputado. Ele entrou a primeira vez em dezembro de 2003 e, em dezembro ainda, foi retirado de pauta. Voltou a ser protocolado nesta Casa em dezembro do ano seguinte, ou seja, do ano de 2004, sendo também retirado de pauta.

Interessante é que no primeiro projeto de lei, em seu bojo, são duzentos e cinqüenta e alguma coisa artigos; e no segundo, cento e cinqüenta e seis artigos. Em cima desses cento e cinqüenta, aproximadamente, artigos do projeto, protocolado no ano passado, foi formada uma Comissão. Essa Comissão realizou um trabalho junto à Procuradoria Geral do Estado. Dali saiu uma proposta de alteração desse projeto, protocolada aqui na Casa no ano de 2004, e que foi interessante. Por determinação e orientação do Deputado Humberto Bosaipo, nós provocamos uma reunião com todos os Presidentes de Associações do Estado de Mato Grosso, das famílias milicianas, e estivemos aqui, na segunda-feira, dia 07, reunidos com quase sessenta integrantes desse grupo de trabalho, no Auditório Milton Figueiredo. Concluimos o trabalho ainda ontem, às 22:30 horas.

Então, aqui nós temos três propostas a serem apresentadas: a primeira, fruto de uma Mensagem do Governo; a segunda, fruto do trabalho dessa Comissão de Oficiais junto a Procuradoria Geral do Estado; e a terceira, fruto do trabalho das Associações, protocolada no Gabinete do Deputado autor do Requerimento desta audiência pública.

Não vamos abordar todos os temas, mas vamos abordar os temas que nós julgamos mais polêmicos.

Resumidamente, nós abordamos a questão do ingresso no QOA - Quadro de Oficiais Administrativos. Então, para o ingresso no Quadro de Oficiais Administrativos existe a proposta da Mensagem do Governo, da Comissão e a proposta colocada pelas Associações. Então, nós abordamos as questões do ingresso no Quadro dos Oficiais Administrativos, do ingresso no Quadro complementar dos Oficiais. Abordamos a questão da progressão da carreira dos Praças PMDM. E continua aquela situação dos interstícios... Essa progressão seria automática.

Competência para definir o afastamento do militar. Na Mensagem diz que seria apenas do Governador do Estado e do Comandante Geral essa competência. A proposta da Comissão acrescenta o Corregedor PMDM também com competência para afastar o militar da função. E as Associações ratificam a proposta da Mensagem do Governo, achando que a competência para afastar militares continua devendo ser do Governador e do Comandante Geral, cabendo ao Corregedor apenas informar aos respectivos Comandantes dos procedimentos administrativos a serem tomados.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR
Nº 56/04, QUE DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS MILITARES DO ESTADO DE MATO
GROSSO, REALIZADA NO DIA 10 DE MARÇO DE 2005, ÀS 14:30 HORAS.

Abordamos também nesse trabalho a questão do porte de armas. Existem propostas - eu não me lembro mais de cabeça, porque são várias, mas nós podemos aqui resumir. Com relação ao porte de armas, temos propostas que dizem apenas aos Oficiais da ativa e aos Praças, conforme predispõe a lei. A proposta da Comissão da PMDM junto a PGE trata apenas que aos Praças seria de acordo com a legislação vigente; já a das Associações, uma 3ª proposta desse mesmo item, acha que deve ser a todo militar estadual, porque, mesmo na reserva ou reformado os Oficiais, os Militares, os Praças, levam desafetos para suas vidas e justamente na reserva ele precisa de um armamento por causa daquele desafeto. Mesmo que seja para sua legítima defesa, ele está impedido legalmente de utilizar. Isso seria no território estadual. Então, são as três propostas. Só aos Oficiais da ativa, Praças, segundo a lei.

A segunda proposta da Comissão seria aos Praças, segundo a lei, e aos Oficiais, somente da ativa. E a terceira proposta, com relação ao porte de armas, também, seria a todos os militares estaduais no território estadual. Não pode sair armado daqui e ir para um outro Estado. Nós não legislamos sobre essas questões em outros Estados.

Com relação ao auxílio transporte, o Governo do Estado cita, refere-se, faz uma juntada de auxílio transporte com ajuda de custo. E aí as Comissões, tanto a da PGE, quanto das Associações, resolveram que devemos manter ajuda de custo com as suas peculiaridades separadas do item seguinte, que é auxílio transporte.

Então, também tratamos desses assuntos, Deputado Nataniel de Jesus, no Estatuto com as três propostas. A da Mensagem do Governo - repetindo - trata da ajuda de custo e engloba a questão do auxílio transporte junto da ajuda de custo. E nós separamos, mantendo como está, no Estatuto em vigor.

Remuneração do serviço extraordinário.

Nós apresentamos aqui uma questão. Se há uma sobrecarga - esta aqui é uma proposta exclusiva das Associações - excessiva aos militares. Quando deveriam trabalhar 24/72, alguns em seus municípios estão trabalhando 24/24. Então, a sobrecarga desse trabalho redundando no esgotamento físico, em problemas psicológicos, problemas de relacionamentos familiares. Então, por que não remunerar esses militares de forma condizente? Ou, então, criar uma política financeira digna ao trabalho realizado pelos militares de Mato Grosso? Existe essa proposta de remuneração de serviço extraordinário, e ela consta, Deputado, nesse documento que as Associações entregaram a Vossa Excelência, é um documento único.

Promoção na reserva remunerada ou na reforma

O militar, hoje, ao ir para a reserva, vai ao mesmo posto ou graduação. Então, uma proposta das associações e dos grêmios aqui presentes é de que haja uma progressão na carreira, a possibilidade de o militar poder ser promovido, mesmo na reserva ou ainda quando da reserva para a reforma, em uma única vez. Se for promovido da ativa para a reserva, já não tem direito da reserva para a reforma. E se não foi da ativa para a reserva, por questão de tempo e de oportunidade, ele irá da reserva para a reforma.

Uma outra questão que nós abordamos no Estatuto é a questão da prisão do oficial. Hoje, existe um critério que aborda esse tema da prisão do oficial, e as associações, aqui presentes, uníssonas resolveram que ela deve ser essa questão tratada de forma específica. Aí, nós teremos a transparência. Vamos aguardar que seja colocada em funcionamento, mas se não for, esses são os tópicos principais que constavam nesta palestra.

A questão do escalonamento do subsídio não está na mensagem do Governo, mas nós conversamos, desde o dia 07, Deputado Humberto Bosaipo, no seu gabinete, com todos os presidentes das associações, Deputado Alencar Soares, com todos os presidentes de grêmios,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 56/04, QUE DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS MILITARES DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 10 DE MARÇO DE 2005, ÀS 14:30 HORAS.

reunidos aqui nesta Casa de Leis, e chegamos à conclusão de que é preciso discutir a questão do subsídio, que é preciso apresentar uma proposta que venha ao encontro das nossas necessidades materiais. Foi feita uma proposta que se encontra nesse documento. Ela trata, em resumo, em síntese, 5% entre os postos em nível de oficiais, tendo como teto o do coronel. E o coronel, vinculado ao teto do Executivo, essa é a proposta das associações. Em nível de praças, nível médio, subtenente, a 50% do oficial coronel; e abaixo do subtenente, decrescendo em 10%.

Então, nós fizemos um cálculo, inclusive do impacto, que é algo conversável e nos faz lembrar, Deputado Humberto Bosaipo, Deputado Alencar Soares, retornando no tempo, em dezembro de 2003, nós chegamos, inclusive, a sentar no gabinete do então Presidente Riva com o então Secretário de Administração Marcos Machado, que havia acenado positivamente para uma proposta desse nível, numa conversa nesse sentido.

Ela escapou das nossas mãos, perdemos a oportunidade naquela questão, mas nunca é tarde para se retomar um assunto de tamanha importância para a nossa categoria, como é a questão do salário, a questão do subsídio - 5% entre os oficiais e 10% entre os praças.

Auxílio funeral

O auxílio funeral trata exclusivamente aos militares em serviço na proposta da Mensagem do Governo.

Existe a proposta da Comissão que trabalhou junto à PGE e a proposta das associações é para que esse auxílio se estenda a todos os militares, Deputado Eliene, que não fique restrito ao pessoal da ativa. O pessoal da reserva também, que prestou 30 anos de serviços às instituições Corpo de Bombeiros e Polícia Militar, quando da sua passagem para o outro lado, como reza para o pessoal da ativa, deve ser extensivo. Assim pensam as associações aqui representadas por mais de 13 presidentes de todo o Estado de Mato Grosso, que deve ser extensiva essa questão aos militares da reserva e também da reforma.

Promoção por recompensa

Existem várias idéias sobre a questão, principalmente ligadas à questão do sargento Juruna, do 3º sargento, que é o sargento que nós brincamos e chamamos de Juruna. Então, essas questões estão melhores descritas no texto e não vamos entrar nos detalhes, mesmo porque não me lembro de cabeça aqui todos os itens dessa promoção.

Interstício entre os postos

Quanto ao tempo de permanência em cada posto, a mensagem do Governo nada estabelece. Deixa como está.

Uma coisa interessante sobre interstício entre os postos é que a mensagem, Major Alves, coloca estipulado em 4 anos entre todos os postos. E as associações chegam aqui dizendo: “queremos que continue como está”.

Deputado Eliene, deixe como está. Essa é a proposta das associações, que o interstício continue como está.

A Srª Verinha Araújo (FORA DO MICROFONE) - E como está hoje?

O SR. PAULO WOLKMER - São várias, Deputada Verinha Araújo.

Eu posso passar depois para Vossa Excelência, porque demanda mais tempo. São 03, 04... De capitão para major são 04 anos e todos os outros são 03 anos.

Esses aqui são os Deputados que integram a Comissão de Segurança Pública e Comunitária e é preciso que citemos: Deputado Humberto Bosaipo, Deputado Gilmar Fabris, Deputado Sebastião Rezende, Deputado João Malheiros e Deputado Nataniel de Jesus.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR
Nº 56/04, QUE DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS MILITARES DO ESTADO DE MATO
GROSSO, REALIZADA NO DIA 10 DE MARÇO DE 2005, ÀS 14:30 HORAS.

Preciso falar dessas associações, porque seria uma falha minha se eu não citasse, Deputado Humberto Bosaipo, porque foi um trabalho diuturno nesta Casa de segunda-feira a ontem, às 22: 30 horas. Estaria cometendo aqui uma falha se eu não citasse.

Em primeira mão a Comissão de Revisão PM/BM, junto a PGE, e, em seguida, as Associações dos Oficiais, dos Subtenentes e Sargentos, dos Cabos e Soldados, Inativos e Pensionistas; Associação Mato-grossense de Defesa dos Direitos dos Militares Ativos e Inativos e Pensionistas, com sede, o Presidente no Vale do Araguaia, lá em Barra do Garças; e as Associações das Famílias Milicianas da Baixada Cuiabana, da Região Norte, da Região Sul, do Vale do Araguaia, da Região Oeste, na cidade de Cáceres, e os Grêmios Recreativos das Unidades Bombeiros e Policiais Militares que aqui se fizeram presentes, defendendo também seus interesses junto às propostas para serem inseridas neste Estatuto.

Se me permitir, Deputado, a essas pessoas gostaria de pedir uma calorosa salva de palmas (PALMAS).

A questão do serviço extraordinário, a terceira proposta, que é das Associações, extraordinário superior a 50% a hora normal do que exceder a quarenta e quatro horas semanais. A justificava é que valoriza os serviços daqueles que excedem os seus horários normais. Isso é uma proposta das Associações. Neste momento, a minha fala é imparcial e técnica, independente de eu ser bombeiro também. Falo como assessor da Comissão de Segurança Pública e Comunitária desta Casa de Leis.

Na questão da promoção na reserva, a proposta das Associações é ser promovida ao posto de graduação imediatos, no ato da sua transferência para a reserva, após trinta anos de serviço, se masculino, e vinte e cinco anos se feminino ou ainda na reforma.

Prisão de Oficial somente em caso de flagrante delito, de crime inafiançável, excetos os crimes militares propriamente ditos ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade competente.

Essa é a proposta das Associações, e a Comissão e a Mensagem do Governo nada fala sobre isso.

O escalonamento, eu já falei aqui sobre isso.

O auxílio funeral, a proposta do Governo fala que é em serviço, da Comissão fala que é militares da ativa e uma terceira proposta das Associações, com o militar estadual ou para os militares do Estado.

A questão dos critérios de promoção, a Mensagem do Governo cita três critérios, a Comissão aumenta em mais três e as Associações ratifica a proposta da Comissão PM/BM.

A promoção por recompensa para cada soldado é regulamentada por decreto e as Associações apresenta a sugestão automaticamente após completado quinze anos de efetivo serviço. É a proposta das Associações.

Os interstícios, nós já falamos sobre isso.

O Presidente das Associações é assegurado na Mensagem do Governo aos militares sem ônus para o Estado. Quer dizer, quando o Major Coneza assumir a Presidência, ele vai ficar à disposição e como é que ele sobrevive? A serviço da instituição! Aí a Comissão foi lá e disse, com ônus para o Estado, dois anos de mandato com uma prorrogação. As Associações ratificam a proposta da Comissão, porém, com o tempo de mandato igual ao exercício do cargo, porque tem algumas Associações que o tempo de mandato é de três anos, não é de dois anos.

Oficiais superiores, a questão da reserva remunerada compulsória. A Mensagem do Governo diz que deve ser com cinco anos no último posto, vai para a reserva compulsória, ficam mais de trinta anos. A proposta da Comissão diz que não, que deve ser com seis anos, aumenta um

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 56/04, QUE DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS MILITARES DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 10 DE MARÇO DE 2005, ÀS 14:30 HORAS.

ano a mais a permanência do Oficial no último posto, após completado os trinta anos. Então, ele poderia ficar até trinta e seis anos, e não trinta e cinco anos, como é a proposta do Governo. As Associações concordam com a proposta da Mensagem do Governo, que deve continuar como é hoje, cinco anos.

Transferência para reserva remunerada, a questão, a pedido, subsídio integral.

A proposta do Governo joga todo mundo, homens e mulheres, num único assunto, trinta anos de contribuição.

A proposta da Comissão já separa trinta anos para o sexo masculino e vinte e cinco anos para o sexo feminino. E as associações ratificam a proposta da Comissão.

A pedido, subsídio proporcional: O militar que contar com mais de vinte e cinco anos... Isso nós temos que ver porque nem a mensagem do Governo, nem a proposta da Comissão tratam desse assunto. Às associações, nós entramos com essa proposta: O militar que contar com mais de vinte e cinco anos de serviço, do sexo masculino, e vinte anos do sexo feminino, poderá ser transferido, a pedido, para reserva remunerada, com o subsídio proporcional. Consta no atual Estatuto.

Da agregação. A proposta do Governo diz que ela é situação temporária, durante a qual o militar da ativa fica afastado da atividade profissional, não acarretando em qualquer hipótese abertura de vagas para efeito de promoção.

A proposta da Comissão diz a mesma coisa, com um adendo, caso não exista previsão nos quadros de organização das Instituições Militares, no caso, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros, Deputado Alencar Soares.

Aí nós voltamos na questão do Sargento promovido por recompensa, que carinhosamente os chamamos de Jurunas. Esse nome, legalmente, não existe. Mas o Governo em sua mensagem e a Comissão também não tocam nesse assunto. A Associação achou interessante incluí-los:

O terceiro sargento, oriundo da promoção por recompensa ou por ato de bravura, integra a carreira dos militares estaduais de nível hierárquico médio, na condição de praças das instituições militares estaduais.

Em seu parágrafo único, completa: citados neste *caput* deverão concluir, de imediato, o curso de formação de sargento, seria do quadro combatente PM/BM, oferecido pelas instituições, sendo este pré-requisito para a progressão na carreira. A promoção dele a terceiro sargento seria um motivo legal provocado para que ele, automaticamente, fizesse o curso de sargento combatente, deixando, então, de ser sargento Juruna. É a proposta das associações.

Deputados Humberto Bosaipo, Alencar Soares, Eliene, Nataniel de Jesus e Deputada Verinha Araújo, essas são as propostas que nós tínhamos para provocarmos, iniciarmos o debate. Existem outras propostas que não foram elencadas aqui, até mesmo por questão de tempo, mas essas foram as que nós consideramos mais essenciais e necessárias as suas divulgações.

Muito obrigado. (PALMAS)

(NESTE MOMENTO, É RECOMPOSTA A MESA DOS TRABALHOS.)

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Nós agradecemos o Major Wolkmer e pedimos a reconstituição da Mesa.

Passaremos agora aos debates. Está inscrito o Major da PM, Sr. Sérgio Furlanete Coneza, Presidente da Associação dos Oficiais da PM de Mato Grosso.

Pode usar aqui a tribuna.

O SR. SÉRGIO FURLANETE CONEZA - Sr. Deputado Humberto Bosaipo, Presidente dessa audiência pública, em seu nome cumprimento os demais Deputados; Sr.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 56/04, QUE DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS MILITARES DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 10 DE MARÇO DE 2005, ÀS 14:30 HORAS.

Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, Cel Sales, em seu nome cumprimento todos os militares da Política Militar; Cel. Brugnoli, em nome de Vossa Excelência cumprimento todos os Bombeiros Militares aqui presentes; Cel. Luís Metello, em seu nome, ex-Comandante-Geral da Polícia Militar, cumprimento a todos os Militares da reserva da Polícia Militar.

Demais autoridades aqui presentes, boa tarde, senhoras e senhores. Esse Estatuto por duas vezes veio a esta Casa; retornou; e, agora pela terceira, volta de novo, abrindo-se uma discussão sobre ele. Na grande verdade, tudo girou em cima de uma palavra chamada subsídio. Esse anseio de mudar o Estatuto nada mais é do que o ideal de modificar o subsídio da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar. Implantado no ano de 2000, o subsídio, que é um recurso que trata todos os servidores com igualdade, esqueceu-se de lembrar que militar é diferente. O militar não é atingido pelo art. 7º da Constituição Federal - direitos sociais. De trinta e quatro incisos de direitos sociais, só nos cabem sete. Os outros são subtraídos. E quando foram implantar o subsídio, que hoje nenhuma Polícia Militar do Brasil tem, com exceção de Tocantins - nem o Corpo de Bombeiros, nem as forças armadas, nem o exército, nem a aeronáutica possuem subsídios -, foi implantado na Polícia Militar. Ou seja, no tocante ao subsídio fomos tratados iguais a todos os servidores, porém nós não o somos. Nós temos direitos sociais subtraídos: não temos hora extra, não temos adicionais noturnos; temos jornada de trabalho de quantas horas forem possíveis pelo homem ou pela mulher, etc. Sindicalização e greve, nem se fala nisso!

Então, somos diferentes, porém, no subsídio, nos tratam como iguais. Isso é que foi colocado no ano 2000. De lá para cá, a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros Militar estão verificando, em cima de uma mudança de Estatuto, mudar esse sistema remuneratório.

Esse foi o ideal de se mudar Estatuto. O Estatuto foi e voltou algumas vezes. Veio para cá em 2003 com a mudança do subsídio - atendia, naquela oportunidade, todos os Policiais e Bombeiros Militares -, porém foi retirado pela primeira vez. Retornou, agora em dezembro de 2004, sem o subsídio. Foi retirado de novo; e voltou, agora no início do ano, sem subsídio. Ou seja, aquilo que foi iniciado para se tratar no Estatuto não atingiu, porque não fala em subsídio.

As Associações estão provocando isso, através de uma proposta, porém nós sabemos que isso depende do Governo do Estado. Mas a proposta está feita, para que nos atendam no subsídio. Como a Mensagem está aqui, Srs. Deputados, nós não podemos deixar de discuti-la, porque senão vai se aprovar uma matéria que nos é ímpar e peculiar e que vai nos atingir em nossa vida profissional.

Então, o Estatuto que está nesta Casa simplesmente retira direitos. Essa é a questão. Ele retira a organização da Polícia e do Bombeiro; retira a competência da Polícia e do Bombeiro; retira direitos como a ajuda de custo; retira a aposentadoria proporcional, não podendo mais aposentar proporcionalmente, somente ao completar 30 anos de trabalho; retira a possibilidade do cidadão agregado ser promovido - eu tiro um Militar da Polícia Militar ou do Bombeiro coloco à disposição do Governo do Estado, da Assembléia Legislativa ou de um outro Poder, e quem ficou no lugar dele, trabalhando e fazendo às vezes dele, não pode mais ser promovido, porque veio uma Mensagem. O Estatuto contém isso. Proíbe promoção. É mais uma perda.

Quanto à questão da interferência nas Associações, nós temos as Associações dos Oficiais, dos Tenentes e Sargentos da Polícia Militar, e o Governo interfere, também, nessas Associações.

O art. 8º da Constituição Federal fala sobre associações e sindicatos e veda ao Governo legislar sobre isso, mas ele interfere. Ele diz que tem que ser sem ônus para o Estado; ele diz que tem que ser mandato de dois anos. Não respeita o Estatuto de hoje. Eu só estou aqui hoje, as

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR
Nº 56/04, QUE DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS MILITARES DO ESTADO DE MATO
GROSSO, REALIZADA NO DIA 10 DE MARÇO DE 2005, ÀS 14:30 HORAS.

Associações só estão aqui hoje, porque o Estatuto nos permite estar aqui hoje, senão não estaríamos. Então, é mais uma vedação e um retrocesso que o Estatuto está trazendo.

A questão da promoção. O Estatuto proíbe a promoção pós-morte, por invalidez e por recompensa. Então, quem fez esse projeto esqueceu-se estar tratando de militar. Militar é um cidadão que está nas ruas diuturnamente. Ele pode ser alvejado e morrer com isso. Aliás, isso é natural, porque nós, perante toda a sociedade e a bandeira nacional, juramos com a nossa vida defender a sociedade. Mas se ele morrer, o que acontece? Tem uma promoção pós-morte. Porque se o cabo, se o soldado, se o sargento, se o tenente, estiver fazendo policiamento, for alvejado e morto, pelo menos, a viúva, ou viúvo, no caso da mulher, ou seus parentes, vão ter ao menos uma promoção. A carreira dele foi extirpada em nome da sociedade, mas ele tem que ter garantido uma promoção. Isso está sendo vedado.

Nós não temos mais a promoção por invalidez. Se ele toma um tiro ou tem outra lesão qualquer e fica inválido, também vai parar nisso aí e vai para casa. Se ele começa como soldado poderia chegar a capitão, a tenente ou a sargento; se ele começou como tenente, poderia chegar a coronel. Mas nesse meio ele ficou inválido em virtude do seu serviço. O que vai acontecer? Ele vai para casa. A carreira dele é extirpada e ele vai para casa do jeito que está, no posto que ele está. Também, foi retirado nesse projeto que está nesta Casa.

Retirou até a questão do auxílio funeral. Hoje, o projeto que aqui está diz: “só tem direito ao auxílio funeral o militar em serviço”. Recentemente um policial militar foi alvejado no bairro Pedregal. Estava tomando uma coca-cola, uma cerveja, coisa que o valha, e tomou um tiro nas costas. Por quê? Porque era policial militar. Só por causa disso. Então, aquele policial militar não está em serviço, portanto não tem auxílio funeral. Isso está sendo retirado também. É muito interessante.

A questão das mulheres. Nós temos na questão da aposentadoria das mulheres. Hoje, o nosso Estatuto permite à mulher policial aposentar-se aos vinte e cinco anos de contribuição e aos oficiais aposentarem-se aos trinta anos de contribuição. O Estatuto está vedando essa questão das mulheres. A própria Constituição dá um tratamento diferenciado aos professores, retirando cinco anos, mas o Estatuto que aqui está não contempla as nossas mulheres.

Então, vejam, senhoras e senhores, que o projeto de lei complementar que está nesta Casa tem que ser muito discutido porque ele é muito polêmico e trata de uma vida de, no mínimo, trinta anos de um policial militar, de um Bombeiro Militar. Ele não pode ser trabalhado de maneira...

Então, o desejo é que essa audiência pública se prolongue. Já que o projeto está aqui, vamos discuti-lo. Isso aí tem caminhar com calma para se levantar esses pontos polêmicos. Já que o projeto veio, então nós provocamos.

Vamos colocar a proposta de subsídio. Por que isso? Porque no Estatuto da Polícia Judiciária Civil, Deputado Humberto Bosaipo, tem lá o subsídio dos Delegados de Polícia como teto do Executivo. Por que no da Polícia Militar não pode?

O Estatuto, a Lei Complementar nº 111, da PGE, tem lá, Procurador do Estado, está no teto do Executivo. Por que no da Polícia Militar não pode?

Então, só gostaríamos de um tratamento igualitário. Esse seria o caso aí da questão do subsídio.

Estamos colocando também o porte de armas para os policiais militares. Olha, o que acontece com o policial militar hoje? Ele não pode andar armado. Se andar armado, ele é preso em flagrante. Mas o Código de Processo Penal diz que, em caso de flagrante, qualquer cidadão pode prender, já a autoridade DEVE prender. Então, eu mando o policial prender. Se ele não prender, é

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR
Nº 56/04, QUE DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS MILITARES DO ESTADO DE MATO
GROSSO, REALIZADA NO DIA 10 DE MARÇO DE 2005, ÀS 14:30 HORAS.

crime, prevaricação, previsto no Código Penal. Então, eu vou punir o Policial Militar que não prendeu o marginal. Mas se ele prender e andar armado para isso, eu vou prendê-lo por porte ilegal de arma. Dois pesos e duas medidas.

Ora! Se a lei diz que o policial deve prender, a lei tem amparar. Ele deve estar armado. É incoerente isso. Então, o porte ilegal de arma...

A própria Lei nº 10.826, aprovada recentemente, diz claramente no seu texto: todas as instituições do art. 144, da Constituição Federal, todos os policias tem direito ao porte de arma, mesmo fora de serviço.

Então, baixou-se o regulamento. Temos regulamento aí e precisamos regulamentar isso. As policias militares já estão trabalhando nisso, os Bombeiros, para providenciar isso. Mas nós queremos contemplar no Estatuto o porte de arma para todos os militares. Militares da ativa? Aos da reserva também, porque hoje está na ativa, amanhã está em casa, e os desafetos dele? Estão por aí soltos.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - O senhor dispõe de mais cinco minutos,

O SR. SÉRGIO CONEZA - Obrigado.

Então, senhoras e senhores, essa é a questão em que eu procurei resumir ao máximo a minha explanação para poder, inclusive, as outras associações discorrerem sobre esse tema.

Eu só peço a Vossa Excelência, Deputado Humberto Bosaipo, que mantenha essa discussão, porque esse projeto está aqui, tem que tramitar aqui, e vai ser aprovado, por certo. Nós precisamos, inclusive, que os Srs. Deputados tenham conhecimento com calma, com paciência, desse projeto, porque o Estatuto é a vida do servidor público, neste caso, a vida do servidor público militar. Então, nós precisamos, com calma, fazer essa discussão e esses encaminhamentos.

E nós pedimos aqui, em nome da Associação dos Oficiais da Polícia Militar e do Bombeiro Militar, toda a paciência e toda a atenção de Vossas Excelências para que possamos chegar num bom termo com relação a esse Estatuto, porque senão vamos aprovar um Estatuto hoje e amanhã nós vamos voltar aqui para mexer no Estatuto. Nós não podemos trabalhar assim. Temos que fazer uma coisa tranqüila, um trabalho com calma. Dessa forma, eu até parablenizo Vossa Excelência, que nos permitiu estar aqui defendendo essas teses apesar do tempo bastante curto, mas estamos à disposição para isso (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Apenas informar ao Major Coneza e aos demais que vamos ouvir todos os participantes que queiram se manifestar. E aqui dividimos em associação. Todas as sugestões apresentadas neste trabalho, coordenado pelo Major Wolkmer, vão ser transformadas em emendas ao projeto. Vamos discutir uma a uma as emendas, com calma, com o Líder do Governo, que eu esperava que estivesse aqui, mas parece-me que ele está recebendo um Secretário de Estado agora em seu gabinete, o Secretário de Infra-Estrutura, mas é fundamental que todos saibam que nós iremos transformar todas as emendas, uma a uma, e vamos debater com o Líder do Governo nesta Casa.

Dando continuidade, vamos ouvir o Sr. Querubino Soares Neto, 2º Tenente, Presidente da Associação de Sargentos da Polícia Militar, que terá o mesmo tempo do primeiro orador.

O SR. QUERUBINO SOARES NETO - Exmº Sr. Deputado Humberto Bosaipo, em nome de quem cumprimento todos os Deputados, todos os oficiais e todos os integrantes...

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Antes de o senhor continuar, registro a presença do Deputado Eliene, que também é um dos defensores da Polícia Militar, da

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 56/04, QUE DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS MILITARES DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 10 DE MARÇO DE 2005, ÀS 14:30 HORAS.

Polícia Civil nesta Casa, do Deputado Nataniel de Jesus, da mesma forma, do Deputado Sebastião Rezende, que é membro da Comissão de Segurança Pública e Comunitária, também um dos principais defensores da Polícia Militar nesta Casa, e do Secretário de Administração, nosso amigo Geraldo de Vitto, que, com certeza, se reunirá conosco depois desta audiência pública para tratarmos das emendas.

Eu garanto, no mesmo tempo, a palavra ao Sr. Querubino Soares Neto, Presidente da Associação dos Sargentos.

O SR. QUERUBINO SOARES NETO - Na verdade, somos Presidente da Associação dos Sargentos, dos Subtenentes e dos Oficiais Administrativos.

Então, o que aconteceu, Sr. Deputado e senhores aqui presentes, temos mais que ratificar a tudo aquilo que o Major Coneza expôs, até porque foi um foro de debates que tivemos neste curto espaço de tempo aqui na Assembléia Legislativa.

Só queria chamar a atenção principalmente na questão do subsídio, que é uma questão interessante, de necessidade para os nossos servidores militares, os bombeiros e policiais militares, porque já tem gente passando necessidade.

Eu queria dizer para os senhores também que precisamos de uma política salarial, não de paliativos, de realinhamento, de alinhamento, etc. Então, precisamos de uma política salarial e acreditamos que, neste momento, seria fundamental um escalonamento, esse proposto pelas entidades. E gostaríamos de contar com a sensibilidade dos senhores para aprovação desse projeto.

Como são vários temas polêmicos a serem discutidos, o Major Wolkmer esqueceu de mencionar na sua palestra a questão dos oficiais administrativos e complementares que vem na proposta também, aquela que está tramitando nesta Casa. A proposta do Governo seria que o acesso para o quadro de oficial administrativo fosse para os primeiros sargentos e subtenentes e que para os oficiais complementares fossem para civis com curso superior nas diversas áreas do conhecimento. para entrar no salário da Polícia Militar.

Então, a nossa proposta é a seguinte: manter para os subtenentes e sargentos o acesso ao quadro de oficial complementar para todos os sargentos e subtenentes acima de dez anos de serviço e para o quadro de oficial complementar que fosse aberto para todos os cabos e soldados com curso superior. Gostaria de mencionar que não foi dito isso.

A gente defende, porque acreditamos que é uma forma mais democrática dos praças também entrarem também nos salários da policia militar e do Corpo de Bombeiros.

Defendemos também a questão do interstício que se mantenha do jeito que está. Fala-se que não tem vaga para todo mundo, que o oficial vai ficar esperando quatro anos, cinco anos, mas tem quadro que tem vaga, como o quadro de oficial administrativo, por exemplo. E também defendemos que se reduza o interstício de sargento, porque é inadmissível o sargento ficar seis anos esperando a promoção, enquanto que todas as categorias se graduam com mais facilidade.

Defendemos também a ascensão dos profissionais que são discriminados da Polícia Militar, que são os sargentos Jurunas. Esses sargentos tiveram uma concessão para serem promovidos com quinze anos ou mais de serviço, só que também foram condenados a morrer 3º sargento, porque eles não podem fazer um Curso de Formação de Sargentos, eles não podem fazer um Curso de Aperfeiçoamento. Então, ele também fica sem o direito de progredir na carreira.

Então, o que defendemos de imediato é que o Estado oferte um curso para esses profissionais e que eles ascendam nas suas carreiras. Basicamente é isso. Tem temas muito mais polêmicos, mas acreditamos que as outras associações aqui também vão dar a parcela de contribuição. Muito obrigado (PALMAS).

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR
Nº 56/04, QUE DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS MILITARES DO ESTADO DE MATO
GROSSO, REALIZADA NO DIA 10 DE MARÇO DE 2005, ÀS 14:30 HORAS.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Agradecemos a sua participação.

Com a palavra, o Cabo/PM Fernando Santos Silva, Presidente da Associação de Cabos e Soldados da PM/BM, que tem o mesmo tempo dos demais palestrantes.

O SR. FERNANDO SANTOS SILVA - Sr. Deputado Humberto Bosaipo, cumprimento Vossa Excelência e agradeço por nos dar esta oportunidade aqui hoje, cumprimento as demais autoridades aqui presentes.

Eu estou reforçando aqui sobre o porte de arma, já dito pelo Major Coneza. Há necessidade de os policiais obterem isso em carteira de identidade, porque o policial civil, ao ingressar na Polícia, assim que ele sai da academia, já é dado na carteira dele o porte legal de arma. E esse policial, durante a carreira dele toda, estará portando essa arma e terá esse porte de arma.

Para nós é o contrário. Para não ficar repetitivo porque o Major Coneza já falou, quando o policial não está a serviço naquele momento de escala no quartel, mas 24 horas por dia ele é policial, ele está ali defendendo... Digamos que ele esteja na casa dele, numa madrugada, e aconteça qualquer coisa na rua dele, esse policial será o primeiro a ser citado, será chamado para intervir. Então, há essa necessidade, sim, de nós termos esse porte de arma garantido.

Outra parte, é conveniente a graduação de soldado para cabo. Hoje nós temos a promoção por recompensa ou concurso, o soldado faz o concurso interno e se garante a fazer o curso como cabo da PM e BM também.

Nós estamos defendendo duas hipóteses: Primeira, que o soldado possa fazer o curso e sair cabo e concorrer para o curso de sargento. Uma questão interna. Ou, automaticamente, que esse soldado, ao completar quinze anos, venha ser graduado a cabo e assim progredir na carreira. Essa é a nossa proposta da Associação de Cabos e Soldados, hoje, não de cabo e soldado, que antigamente seria de cabo e soldado, mas hoje é Associação das Praças da PM/BM.

Então, vejamos essa necessidade, o cabo quando entrar, ele é promovido a cabo por tempo de serviço, e acabou para ele, ele está condenado. Se ele sair aos quinze anos, aos quinze anos a carreira dele está condenada, ele vai ser cabo mais quinze, ou dez anos para sair proporcional e acabou para esse cabo, não tem carreira mais para ele.

É isso que nós queremos: quando ele chegar à promoção, ou ele estuda e entra pelo concurso interno, ou ele aguarda os quinze anos, mas ele tem a perspectiva de continuar na carreira como sargento e até mesmo, como o Tenente Soares já disse, no quadro de oficial complementar.

Eu agradeço a todos os presentes, ao Senhor por esta oportunidade e esta é a proposta dos cabos e soldados (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Eu agradeço o Presidente da Associação dos Praças PM/BM, Cabo Fernando dos Santos Silva, que fez suas exposições, bem como os Srs. Querubino e o Coneza, nós vamos estar daqui para frente convocando aqui, nesta Casa, para discutir conosco, com as autoridades, este Projeto do Estatuto.

Eu quero agradecer o Comandante-Geral da Polícia, Coronel Sales, por ter liberado todos os militares para assistirem esta Audiência Pública. Eles estão no Auditório Milton Figueiredo, completamente lotado, no saguão da Assembléia Legislativa, nos assistindo através da Tv Assembléia, Canal 36.

Vamos ouvir o 3º Sargento da PM, Sr. Vicente Miguel da Silva, Presidente da Associação dos Inativos e Pensionistas e da Reserva Remunerada.

Antes, porém, o Coronel Brugnoli, do Corpo de Bombeiros Militar, que teve o mesmo procedimento do Comandante Geral, eu quero, em nome de todos, agradecer por esse gesto democrático.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR
Nº 56/04, QUE DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS MILITARES DO ESTADO DE MATO
GROSSO, REALIZADA NO DIA 10 DE MARÇO DE 2005, ÀS 14:30 HORAS.

Com a palavra, o 3º Sargento da PM, Sr. Vicente Miguel da Silva.

O SR. VICENTE MIGUEL DA SILVA - Cumprimento a Mesa em nome do nosso digníssimo Deputado Humberto Bosaipo e os demais Deputados e militares presentes.

Para mim é uma honra representar os militares da ativa a convite do Deputado Humberto Bosaipo. Nós sentimos gratificados por isso, por estarmos aqui. Isso nos renova, demonstra que estamos vivos e fazendo parte dessa gloriosa instituição que é a Polícia Militar.

Aproveitando a oportunidade, quero agradecer o alto comando que tem também nos integrado e em todas as propostas do Estatuto tem nos convidado para participar. É um momento de alegria, e hoje estão os militares da reserva todos aqui.

Eu gostaria também, em nome do Coronel Zaramelo, de cumprimentar todos os militares da reserva que se encontram aqui. É um dia de expectativa, e todos estavam ansiosos para o debate nesta Audiência Pública que trata do Estatuto da Polícia Militar, a qual também faço parte dela.

A nossa principal reivindicação, juntamente com as associações que temos discutido, debatido, já foi falado pelo Sr. Major e pelo Sr. Major Coneza. Nós só queremos reforçar que é aquilo, é o benefício do pessoal da ativa, que seja estendido aos inativos, porque é merecido, são militares que deixaram seu passado, perderam a sua juventude defendendo a sociedade, e hoje merecem, também, ser igualados, ter os mesmos direitos.

Portanto, nós estamos aqui, e sei que estou trazendo o anseio de todos os nossos militares da reserva que desejam que tudo que for para a ativa, que for de benefício, que seja estendido para os nossos militares da reserva e reformado.

Uma das propostas que já foi discutida, é para que o porte de arma seja extensivo aos policiais militares da reserva e reformados; segundo, que o auxílio funeral, também é uma reivindicação que eles têm, seja extensivo aos Policiais Militares da reserva e reformado. Outra reivindicação, também, é quanto ao percentual na mesma data do subsídio, que seja o mesmo percentual para o Policial Militar da reserva e reformado.

Essas são as reivindicações que a Associação traz juntamente com as outras Associações. Eu agradeço, o tempo é pouco e posso até ter esquecido alguma reivindicação, mas são essas as reivindicações.

Eu quero agradecer de público esta oportunidade. Obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Nós agradecemos ao 3º Sargento Vicente Miguel da Silva pela sua participação.

Convidamos o 3º Sargento da PM da reserva, Manoel Silênio Lopes, que é o Presidente da Associação Mato-grossense de Defesa do Direito dos Militares Ativos, Inativos e Pensionistas. E, também, nosso conterrâneo da cidade de Barra de Garças, com muita honra.

O SR. MANOEL SILÊNIO LOPES - Boa tarde a todos, cumprimento com muito prazer o Deputado Humberto Bosaipo e parabenizo por essa iniciativa. Cumprimento também todos os senhores oficiais aqui, na pessoa do Cel. Sales, e demais Deputados, Deputado Alencar, que é da nossa cidade.

Eu quero dizer que as suas idéias, Deputado, vem ao encontro dos ideais de todos os policiais militares do Estado de Mato Grosso. Que para se fazer uma polícia cidadã há a necessidade, em primeiro lugar, que o policial seja tratado como cidadão.

As leis que regem a nossa Polícia Militar há muitas que são obsoletas e arcaicas. Têm de ser mudadas, e esta é a hora dessa mudança.

Deputado, eu quero dizer que não pode se esquecer que o policial militar encontra-se em duas situações na ativa e na inativa. E os direitos devem ser estendidos, como foi dito aqui, a

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR
Nº 56/04, QUE DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS MILITARES DO ESTADO DE MATO
GROSSO, REALIZADA NO DIA 10 DE MARÇO DE 2005, ÀS 14:30 HORAS.

todos. Não podemos ter tratamento diferenciado. Eu digo isso por sentir na pele, por estar na reserva remunerada da Polícia Militar.

Eu quero aqui pedir e parabenizar o Deputado Sebastião Rezende pela questão que defende de se colocar médicos psiquiatras e psicólogos em todos os quartéis da Polícia Militar. Hoje, há um grande número de policiais que recorre ao serviço psiquiátrico e psicológico. É porque a mão do Governo está distante na área da saúde da Polícia Militar. Então, essa questão tem que ser vista.

Eu quero aqui defender que o policial militar, ao passar para reserva, durante seis meses, tenha um treinamento para voltar à vida civil através de um acompanhamento psicológico e assistência social.

Eu quero aqui também defender que em todos os quartéis da Polícia Militar tenha uma assistente social para encaminhar as famílias ao devido tratamento.

Deputado, eu quero parabenizar Vossa Excelência mais uma vez. Outros assuntos que eu tinha para tratar outros companheiros já falaram. Mas eu quero aqui me colocar à disposição. Eu moro em Barra do Garças, mas quantas vezes precisar vir aqui para auxiliá-lo, eu coloco-me à disposição.

Muito obrigado a todos (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Eu agradeço ao 3º Sargento Manoel Silênio.

Nós sofremos muito na última campanha, mas estamos firmes.

Vamos ouvir agora a Srª Veranei Nogueira Sampaio, Presidente da Associação da Família Milicianiana da Baixada Cuiabana.

A SRª VERANEI NOGUEIRA SAMPAIO - Boa-tarde a todos os presentes. Cel. Sales, agradeço a presença de todos os policiais militares aqui presentes. Em nome do Deputado Humberto Bosaipo e da Deputada Verinha Araújo e de todos os Deputados, saúdo todos nesta tarde. Secretário Geraldo de Vitto, seja bem-vindo a nossa audiência pública.

A questão que me foi colocada para estar sempre discutindo junto ao Praça é a questão da progressão de carreira do Policial Militar.

No final do ano, foi protocolado o Estatuto. A PGE - Procuradoria Geral do Estado encaminhou à Assembléia Legislativa um projeto que foi protocolado para ser aprovado no mês de dezembro. Os Deputados retiraram da pauta de votação um acordo comum entre todas as associações.

Foi feito um outro projeto do Estatuto, junto com as associações representativas da classe, Associação de Oficiais, Subtenentes, Sargentos e Oficiais Administrativos, Cabos, Soldados, Grêmios representativos da Polícia Militar, dos Batalhões e Associação da Família Milicianiana de Rondonópolis, Cuiabá, Cáceres, Vale do Araguaia e da região norte de Alta Floresta. Então, foi feita essa documentação. Estamos aqui defendendo, sim, a promoção do Policial Militar.

No projeto que foi encaminhado para a Assembléia Legislativa, a Procuradoria-Geral retirou a promoção por recompensa do Policial Militar. Nós nos reunimos e colocamos de volta, fizemos a retificação e foi colada de volta no projeto. E nós pedimos a Vossa Excelência - que sempre esteve junto conosco, a Deputada Verinha Araújo e outros Deputados aqui presentes, que sempre nos ouviram durante três anos de peregrinação em prol desse Estatuto - que colocasse de volta a promoção por recompensa, porque não é justo um policial militar trabalhar vinte e cinco anos, e ir para a reforma proporcional como um soldado. Policiais com trinta anos de serviço vão para a reforma como soldados. Eu acho que isso não é justo.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR
Nº 56/04, QUE DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS MILITARES DO ESTADO DE MATO
GROSSO, REALIZADA NO DIA 10 DE MARÇO DE 2005, ÀS 14:30 HORAS.

Então, nós estamos pedindo a promoção por quinze anos de serviço. Assim que o policial militar completar quinze anos de serviço, que ele, automaticamente, seja promovido a cabo. Tem que ser uma promoção automática. E também, pessoal, ele tem que seguir o critério de um bom comportamento. É o que está no projeto: quinze anos de serviço, desde que tenha bom comportamento. Não vamos mais esperar por mérito de avaliação, porque hoje nós temos esses policiais antigos que estão esperando por mérito de avaliação e nunca chega uma avaliação favorável à promoção desse Praça. É o que nós mais questionamos nesse Projeto.

Promoção por recompensa é aquela que visa o reconhecimento dos serviços prestados pelos soldados das instituições militares estaduais que, no desempenho de suas funções, tenham, no mínimo, comportamento bom.

O disposto neste artigo aplica-se à promoção de soldado para cabo, automaticamente, quando ele atingir 15 anos de efetivo serviço.

É o pedido, de coração mesmo, da Associação da Família Miliciana. Muito obrigada (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Agradecemos a Sr^a Veranei Nogueira Sampaio, Presidente da Associação da Família Miliciana da Baixada Cuiabana e queremos fazer um registro. Ela e outras companheiras, por mais de três anos, como ela disse, vieram à Assembléia Legislativa, batendo às nossas portas, lutando e buscando essas melhorias aqui solicitadas.

Vamos ouvir agora outra batalhadora, a Sr^a Márcia Cavalcante, Presidente Associação da Família Miliciana da região sul.

A SR^a MÁRCIA CAVALCANTE - Boa-tarde a todas as minhas companheiras, aos policiais militares e aos bombeiros.

Queremos aqui agradecer ao Deputado pela iniciativa e acreditamos estar chegando a um final.

Acho que muitos de vocês talvez podem ainda perguntar: “o que esposa de policial militar está fazendo aqui para defender os direitos dos militares?” Alguns podem acreditar: “isso deveria ser feito pelo Comando Geral, pelos próprios militares e não por elas.” Mas acontece que eles não podem fazer sempre isso, e eu acho que nós hoje conquistamos o nosso espaço, com a nossa luta, com a nossa persistência na questão salarial, quando, no ano de 1999, passamos 14 dias acuartelando nossos maridos, até que o Governo cedesse.

Então, com isso, nós mostramos que nós sentimos na pele a necessidade e fomos, aos poucos, conquistando o nosso espaço. Hoje, graças a Deus, somos respeitadas pela maioria. Têm aqueles que ainda criticam, mas isso faz parte.

Eu estou aqui para defender uma parte da reivindicação, que é a questão da regulamentação da carga horária, porque eu acho que, após a questão salarial, esse é o segundo item que mais o policial e o bombeiro, hoje, questionam, o porquê. Por que não temos?

Na Polícia Civil, hoje, existe a regulamentação de vinte e quatro por setenta e duas. Os agentes prisionais também vinte e quatro por setenta e duas. De qualquer um outro funcionário existe uma regulamentação da carga horária dele, excedendo aquilo, ele vai ganhar a carga horária deles.

Entendemos que a Polícia Militar tem um trabalho diferenciado, mas também temos a consciência, por fazer parte da Polícia Militar, que eles são seres humanos. E por isso tem que ter essa definição, mesmo que não seja em lei, porque a Constituição foi vaga e deixou isso. Não disse nem que sim, mas também não disse que não, sobre essa regulamentação.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR
Nº 56/04, QUE DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS MILITARES DO ESTADO DE MATO
GROSSO, REALIZADA NO DIA 10 DE MARÇO DE 2005, ÀS 14:30 HORAS.

Então, por que não fazer um acordo como já existe em outros Estados, a exemplo de Santa Catarina, Bahia, Paraná. Não existe uma lei, mas existe um acordo entre Governo, Assembléia Legislativa e instituição, de qual seria o máximo permitido, exceto naqueles casos de rebelião que sabemos que é necessária a Polícia Militar. Se for necessário ficar uma semana dentro do presídio, ela vai ficar sem ir na sua casa, ver seus familiares. Também entendemos que há falta de efetivo. Há o bom senso de alguns comandos que sabem da necessidade do descanso, mas nem todos os seres humanos são iguais.

Então, eu acho que a partir do momento em que a gente conquistar aquilo que exceder do acordo que foi feito, das quarenta e quatro horas semanais ou então mesmo as vinte e quatro por quarenta e oito, que, hoje, não é a verdadeira escala dentro da Polícia Militar - não sei se é isso que acontece dentro do Corpo de Bombeiros -, mas a partir do momento que existir esse acordo, não sendo necessário trabalhar além disso, e se necessário for, comprovada a necessidade disso, que ele receba as suas horas-extras. Precisamos desse descanso, até para poder não abalar o policial psicologicamente para poder estar desenvolvendo o máximo de serviço à sociedade. Muitas vezes entendemos: Não, vou colocar o policial militar na rua porque a sociedade quer isso. Mas de que forma está indo o psicológico desse policial para a rua? Será que ele vai estar lá desenvolvendo um bom serviço? Não vai estar, porque não está tendo condições psicológicas para fazer isso, e acaba fazendo o que não deve.

Entendemos que o Coronel Sales é uma pessoa que está entendendo isso, mas acho que para poder reforçar isso, ele necessita disso no papel. Muitas vezes cobra-se dele, mas ele não tem como fazer isso, porque ele não tem esse amparo legal. Então, pedimos da mesma forma que a Vera pediu, de coração, sobre essa questão da promoção, aos Srs. Deputados que entrem nesse acordo, façam esse acordo acontecer dentro do Estado de Mato Grosso, da mesma forma que ele já acontece em outros Estados, fazendo em lei ou nessa forma de acordo, para estar valorizando e estar sendo respeitado, tantos os PMs quanto os BMs do nosso Estado. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Reafirmo aqui o que disse sobre a Veranei, também em relação à Márcia e em relação à Antônia Parreira, que são três mulheres que estiveram conosco, estão sempre conosco aqui reivindicando melhoria para os seus maridos, para os policiais.

Com a palavra, a Sr^a Antônia Parreira, Vice-Prefeita do Município de Pontal do Araguaia.

A SR^a ANTÔNIA PARREIRA - Boa-tarde, Deputado Humberto Bosaipo, velho conhecido nosso de Torixoréu, na pessoa do qual eu cumprimento todos os Deputados aqui presentes, a Deputada Verinha Araújo, na pessoa da qual eu cumprimento essas mulheres guerreiras, tanto esposas de policiais militares quanto esposas de policiais bombeiros militares. Cumprimento o Coronel Sales e também o Comandante do Corpo de Bombeiros, um cumprimento especial por dar a oportunidade aos policiais militares de estarem aqui presentes participando de uma Audiência Pública tão importante, e também os policiais militares da reserva remunerada, da qual faz parte o meu marido neste momento.

Hoje, é uma data muito importante por termos a oportunidade de estar discutindo pontos importantíssimos. Tudo que foi discutido aqui é de consenso de todas as Associações, cada um representante está definindo apenas uma parcela, uma parte, para não ficarmos repetindo sempre o mesmo assunto. E, coube à Associação da Família Miliciana do Vale do Araguaia defender a questão dos famosos terceiros sargentos, os sargentos Jurunas.

Esses policiais militares, por falta de incentivo, por falta de apoio dos governos anteriores, ficaram aí há quase dez anos sem concurso para sargento. Então, esses cabos foram

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 56/04, QUE DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS MILITARES DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 10 DE MARÇO DE 2005, ÀS 14:30 HORAS.

promovidos a sargentos aos quinze anos de Polícia. E estão ficando aí quinze anos parados, sem perspectiva de crescimento e a maioria está indo para a reserva remunerada aos vinte e cinco anos. Se eles não têm perspectiva de crescimento, perspectiva nenhuma, nada que os motiva, eles vão ficar quinze anos como terceiro sargento?! Isso foi passado.

Agora, cobramos de vocês uma posição. E qual é a nossa posição? Que haja o mais rápido possível para esse terceiro sargento, conhecido como Juruna, que eles possam continuar na carreira. Saia segundo sargento, primeiro, ou participar também a oficial administrativo, quem tem curso superior.

Eu falo essa questão. Pediram para que falasse especificamente esse tema porque isso aconteceu com pessoas próximas a mim, que foram promovidos aos quinze anos e quinze anos estão como sargento, sendo que foi negado o direito de eles concorrerem à seleção de sargento, porque já eram sargentos e não poderiam ser promovidos duas vezes.

Então, essa questão é muito importante, gostaria que os Deputados, o Comandante-Geral, o Comandante dos Bombeiros, olhassem com carinho também. Não deixem que esses policiais fiquem mais quinze anos de braços cruzados sem perspectiva nenhuma.

Muito obrigada. É a Associação da Família Milicianiana do Vale do Araguaia que está à disposição em qualquer momento para lutar por essas categorias, tanto da Polícia Militar quanto do Corpo de Bombeiros (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Nós agradecemos à Antônia. E essa proposta está no art. 156 do Estatuto e a proposta das Associações também já foi aqui apresentada.

Vamos ouvir Enésio de Jesus Bispo, Presidente do Clube de Lazer de Rondonópolis. Por falar em Rondonópolis, quero registrar a presença do nosso querido Deputado Zé Carlos do Pátio. O Deputado J. Barreto já está chegando.

O Enésio não está. Vamos ouvir o Vereador Leomar Amarantes Mota, que é soldado da PM, vereador eleito em Cáceres e eleito Vice-Presidente da Câmara. Parabéns!

O SR. LEOMAR AMARANTES MOTA - Deputado Humberto Bosaipo, no qual cumprimento todos os Deputados presentes; Coronel Sales, Comandante da Polícia do Estado de Mato Grosso; Coronel Brugnoli; senhoras e senhores:

Hoje, estamos aqui nesta Casa de Leis, tendo em vista um Requerimento de uma Audiência Pública a pedido do Deputado Humberto Bosaipo, que esta Casa tem sido palco de discussão, aonde todas as ações feitas aqui sempre visam beneficiar principalmente a camada mais carente do nosso Estado e, com certeza, irá beneficiar também a camada mais carente da Polícia Militar, que é a classe praça.

Senhoras e senhores.

Temos aqui vários pontos que já foram abordados, quando chegamos ao final de uma Audiência Pública torna até cansativo. Nós podemos até ser criticado, Deputado, ao término da nossa fala, mas também aqueles que nos criticar, tenho certeza de que vão criticar, são sabedores que estamos aqui para falar a verdade e não para agradar as pessoas; estamos aqui, sim, para dizer o que nós sentimos, o que os praças sentem dentro dos quartéis da Polícia Militar. Já melhorou muito, como a questão da Guia de Trânsito, que há pouco tempo atrás a Polícia Militar atropelava e pisava em cima da Constituição Federal, no seu art. 5º, tirando o direito de ir e vir. O militar que serve em Várzea Grande não poderia vir até Cuiabá sem uma Guia de Trânsito. Isso, graças a Deus, já foi substituída do Estatuto, pelo menos eu não vi esse artigo.

A questão de promoção Juruna, nós defendemos aí a promoção de 15 anos de serviço para o soldado que chegar a 15 anos de serviço, ser promovido automaticamente a cabo.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 56/04, QUE DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS MILITARES DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 10 DE MARÇO DE 2005, ÀS 14:30 HORAS.

Defendemos isso e tenho certeza de que a grande massa da polícia militar defende essa tese. Por quê? Porque, infelizmente, tempos atrás só sairia cabo Juruna ou sargento Juruna aqueles que pagassem pela sua promoção.

Na região de fronteira era uma correria atrás de vaca, de gado para mandar para cá, na região de garimpo tinha que mandar ouro...

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Desculpe, Vereador Leomar, eu gostaria que Vossa Excelência fosse mais explícito, porque é um assunto novo para nós. Pagar promoção! O que é isso?

O SR. LEOMAR AMARANTES MOTA - Sim, as promoções seriam pagas para aqueles que detinham como promover o praça. Chegava a ser feitas às escuras, às escondidas, onde dez horas, onze horas, meia-noite, uma hora da manhã chegava o radiograma nos batalhões dizendo quem seria promovido. Praticamente esperando a oferta, isso quase tipo um leilão.

Por isso defendemos aqui, companheiros, a questão da promoção automática. Quinze anos de serviço, automaticamente, tem que sair Cabo. Se Vossa Excelência prestar atenção nas viaturas da Polícia Militar que rodam o Estado de Mato Grosso, vai ver que a maioria está sendo comandada nas ruas por cabo e soldados antigos.

Todos com competência de atender qualquer tipo de ocorrência que por ventura acontecer no decorrer do seu serviço. Até mesmo porque eu defendo que a prática vale mais do que a teoria. Falo isso de cadeira, porque servi na Polícia Militar durante 14 anos, fui para a reserva remunerada, tendo sido eleito Vereador no ano de 2000. Devido ao nosso trabalho, conseguimos reeleger agora com mais de mil votos na cidade de Cáceres, sendo um dos mais bem votados. E prestando serviço em segurança pública. Respeitando, acima de tudo, o cidadão. Essa foi a nossa meta de trabalho.

Outra questão é a carga horária, que já foi falada aqui. Mas a Polícia Militar quer abraçar tudo para si, não se importando, muitas vezes, com o material humano. Cansei de tirar 30 dias de barreiras e quando chegava me davam 5 dias de dispensa, e achavam que eu estava ganhando um prêmio.

E isso continua até hoje na escala, na maioria dos quartéis, não porque o comandante queira, e sim pela necessidade do serviço. Uma escala subumana, uma escala estressante, onde o policial não consegue atender, cumprir o seu papel com a sociedade a contento, devido ao stress que o serviço lhe causa.

Quando o policial completa 15 anos de serviços, pode somar a carga horária dele. Dá mais de 30 anos de contribuição, pode ter certeza. Podem pesquisar a escala de serviço e somar a carga horária que ele tirou nesses 15 anos de serviço. Ele realmente já trabalhou por 30 anos nos outros órgãos. Aí a Polícia defende que não tem efetivo, mas nós não podemos sacrificar, dessa natureza, o material humano. O material humano é a parte... Acabo de ser informado aqui de que é correspondido a 45 anos de serviço.

Então, Deputado, temos em mente que esta Casa, juntamente com todos os Deputados que aqui estão, deverá fazer essas emendas para atender o anseio, tanto da categoria de oficiais quanto da categoria de praça do Estado de Mato Grosso.

Queremos contar com o apoio de Vossa Excelência, do Presidente desta Casa, do Deputado Zé Carlos do Pátio, que também sempre nos ajudou nessa questão; da Deputada Verinha Araújo e de outros Deputados que temos procurado, no decorrer desses dois anos e meio que o Estatuto vem se arrastando do Governo do Estado até esta Casa, retorna e volta de novo.

Sabemos que a questão salarial não depende de partir desta Casa para o Governo do Estado, mas sim do Governo do Estado para esta Casa. Mas pedimos aos Srs. Deputados que

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 56/04, QUE DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS MILITARES DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 10 DE MARÇO DE 2005, ÀS 14:30 HORAS.

persistam junto ao Governo do Estado sobre uma base salarial para a categoria da Polícia Militar. O policial trabalhando bem remunerado prestará, com certeza, um trabalho de excelente qualidade, como vem prestando apesar do baixo salário e da carga horária insuportável.

Mais uma coisa, Deputado, a Polícia Militar não tem psiquiatra para atender seus policiais na totalidade. Os grêmios e associações da Polícia Militar praticamente cobrem essa parte. No Estatuto encaminhado pelo Governo do Estado está determinando um de cada categoria para ficar fora da escala de serviço. Eu defendo a idéia de pelo menos um de cada região. O Município de Cáceres tem uma Associação com duzentos associados. E o soldado Lupércio faz um excelente trabalho, resgatando a auto-estima dos policiais naquele grêmio recreativo, como Rondonópolis faz a sua parte, Barra do Garças de forma semelhante e a região do Nortão.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Eu não entendi essa proposta. Essa última. Esse soldado, qual é a formação dele?

O SR. LEOMAR AMARANTES MOTA - Lupércio é Presidente do Grêmio. E aí não está lhe dando o direito de continuar à frente do Grêmio sem prejuízo da escala de serviço. Ele tem que trabalhar e ir para o Grêmio. Ele presta um grande trabalho, tanto ele como outros Presidentes de Associações, social junto à tropa da Polícia Militar. A nossa agremiação aqui em Cuiabá, praticamente não tem nada e vai ficar, segundo o Estatuto, à disposição da Associação. Mas em Cáceres tem piscina, tem campo de futebol *society*, Cáceres tem várias modalidades de lazer oferecidas pela Associação aos Praças.

Então, nós precisamos que seja mudado pelo menos a questão dos grêmios de cada pólo regional, porque tenho certeza de que um a mais, um a menos, não vai trazer prejuízo nenhum à escala de serviço no decorrer dos trabalhos.

Muito obrigado a todos. E quero aqui agradecer a presença de cada um. Eu estarei sim, sempre costume dizer, eu não sou vereador, estou vereador. Agora, Policial eu vou ser até o último dia da minha vida. Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Nós agradecemos a participação do Vereador Leomar Amarante Mota, da cidade de Cáceres.

Agora, nós vamos ouvir os componente da mesa, iniciando pelo Cel. Bombeiro Militar, Ovídio José Brugnoli.

O SR. OVÍDIO JOSÉ BRUGNOLI - Em nome do Deputado Humberto Bosaipo, Presidente da Mesa, cumprimento a todos da Assembléia Legislativa; em nome do Secretário Geraldo de Vitto, cumprimento todos os Secretários aqui presentes; em nome do Cel. Sales, cumprimento a todos os policiais militares; em nome do Cel. Valmir, cumprimento os Bombeiros; em nome do Cel. Zaramela, cumprimento todos os nossos veteranos.

Eu fico muito à vontade, Sr. Presidente, porque sou um dos últimos policiais que pertenceu à Polícia Militar e ao Corpo de Bombeiros. Então, eu conheço a fundo as angústias dessas duas instituições. É um momento impar que, para ele...

Eu trouxe aqui, Cel. Zaramela, o primeiro Estatuto da Polícia Militar de 1961. Ele era reduzido em, simplesmente, 85 artigos, a polícia era eficiente e os militares eram atendidos.

Hoje, Cel. Zaramela, nós emburrecemos. Temos duzentos e poucos artigos e não resolvemos nenhum problema da associação. Eu acho que nós emburrecemos.

Tanto se discute, mas esquecemos que a base é a nossa instituição. Nós estamos aqui porque ela existe. E ela existe, porque nós temos os nossos veteranos que, muitas vezes, são esquecidos.

Muito aqui se falou. Eu queria apenas colocar em números o que foi falado aqui.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR
Nº 56/04, QUE DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS MILITARES DO ESTADO DE MATO
GROSSO, REALIZADA NO DIA 10 DE MARÇO DE 2005, ÀS 14:30 HORAS.

Numa atividade comum de uma atividade civil, trabalhando oito horas por dia, consegue-se para a reserva, nos trinta anos aí, cinqüenta e sete mil e seiscentas horas. Submetendo ao trabalho militar, numa escala de 24 por 48, nós vamos para oitenta e seis mil e quatrocentas horas, dando uma defasagem de dez anos. Então, o policial teria que ser reformado com vinte anos, porque a carga a que ele é submetido é desumana, a carga a que ele é submetido nenhum servidor é submetido.

A marinha brasileira aposenta um mergulhador com 15 anos de serviço. Se os senhores olharem um mergulhador, a cada dez minutos que ele passa numa profundidade abaixo de 10m equivale a “n” dias de vida dele.

Eu gostaria de ter a oportunidade de ter trazido um dos meus mergulhadores. Os senhores diriam que ele tem 60 anos e, na verdade, ele só tem 40. É um desgaste muito grande.

E nos entristece quando nos deparamos - graças a Deus foi concertado - desculpem-me chamar, mas para mim um energúmeno, colocar trinta e cinco anos para um policial... (PALMAS)

Não queremos ser melhores que ninguém. Queremos apenas um tratamento diferenciado, como sempre foi, Coronel Zaramela.

Os policiais militares sempre tiveram um salário diferenciado. Hoje é a tal da isonomia. Isonomia com o quê? Vamos “isonomiar” então com a carga horária. Vamos estabelecer qual é o valor da carga horária trabalhada no Estado e pagar devidamente a cada um.

Mas não podemos esquecer da instituição, não podemos esquecer da sociedade. Ela nos quer 24 horas na rua. Então, é preciso bom senso, é preciso equilíbrio, é preciso buscar soluções, porque a sociedade precisa do nosso serviço.

Muitos pontos foram questionados nesse Estatuto. Aliás, tem vários estatutos. Eu até perdi a conta de ler Estatuto. Mas eu queria apenas deixar, como lembrança, uma sugestão que aflige muito também em nível de oficiais, porque, ao atingir 30 anos, fica no impasse dele ir ou não para casa. Vai para a reserva ou não vai para a reserva e atrapalha o companheiro que está atrás, aguardando a promoção?

Eu deixo, como sugestão, Deputado, que não precisa ir para casa, não, desde que ele não conte a vaga no QO. Ele pode muito bem ficar 20, 30 anos, como queira, desde que ele não ocupe a vaga de quem está atrás.

Para resolver o problema que foi citado: o militar está à disposição de um órgão e quem faz a vez do outro lá? Então, ele fica à disposição. Não há problema. Não há prejuízo para o Estado, pelo contrário, é um militar a mais fardado que está disposto a trabalhar. Agora ele não pode ocupar o quadro que atrapalha os companheiros que vêm na retaguarda.

Então, é essa a sugestão que eu deixo.

Quero agradecer ao Cel. Reis, que tem esse exemplar desse tamanhinho. Aqui está o Estatuto, Lei de Natividade e Fixação de Efetivo. Isso aqui é uma preciosidade, Coronel. Queria que todos em bom senso das associações discutissem os assuntos ponto a ponto. O Governo também não tem condições de nos atender naquilo que é. Nós colocamos, às vezes, um pouco fora, mas é preciso um entendimento. O que queremos é apenas o reconhecimento do policial, do bombeiro militar como uma categorias especializadas que trabalham vinte e quatro horas e que têm uma carga horária excessiva. Muito obrigado. (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Pediria ao Cel. Brugnoli a cópia desse Estatuto para que pudéssemos colocar aqui em nosso Instituto de Memória. É muito importante. Temos o Instituto de Memória que registra todos os documentos, e esse é um documento importante.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR
Nº 56/04, QUE DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS MILITARES DO ESTADO DE MATO
GROSSO, REALIZADA NO DIA 10 DE MARÇO DE 2005, ÀS 14:30 HORAS.

Para vocês terem uma idéia - e gostaria que vocês conhecessem o Instituto Memória, tão bem dirigido pela Isis Catarina -, nós temos aqui a Ata que transferiu a Capital de Mato Grosso, de Vila Bela da Santíssima Trindade para Cuiabá. Então, esses documentos vão somando à história do Poder Legislativo.

Vou abrir uma exceção aqui. Ele não fez a inscrição no momento adequado, mas como ele sempre chega atrasado, já trabalhou comigo, vou dar a palavra, para o Cel. Valdemir.

O SR. VALDEMIR - Muito obrigado, Deputado Humberto Bosaipo, pela sua benevolência, aproveitando para parabenizá-lo por ter requerido esta audiência pública, que vai tratar da minha vida na reserva, da vida dos nossos colegas da ativa e da vida dos futuros policiais e militares que ainda virão para compor esta nobre cooperação.

Senhores, só queria lembrar alguns pontos que foram esquecidos: promoção - quinze anos para os soldados, automática, sem o famigerado 5% do efetivo, porque não adianta ser automático, Deputado, e manter ali no Estatuto, só promover 4% do efetivo de soldados.

Na Polícia vizinha do Estado de Rondônia, o policial é promovido com 10 anos de efetivo serviço de cabo. Ao completar 15 anos, ele é promovido a terceiro sargento.

Quero lembrar também quanto à carga horária, que muitos já falaram, 44 horas é o previsto na lei, 72 horas é o trabalhado pela Polícia. Que seja cumprida a Constituição Federal, que seja paga hora-extra ou atividade noturna.

Eu quero falar sobre um assunto que não está em pauta, Deputado. Sua Excelência, o Governador - diga-se de passagem, do meu partido, a quem ajudei eleger como ex-candidato a Deputado Estadual - manda para esta Casa de Leis uma proposta de aumento salarial aos funcionários públicos e coloca numa vala comum os policiais militares, com 6,67% de aumento, uma classe que vem há muitos anos sem ter aumento.

Vamos analisar, nós da reserva remunerada também temos nesta Casa de Leis já uma proposta de aumento de desconto, criando o desconto previdenciário de 11%. Estamos levando prejuízo, Sr. Deputado. Aumenta 6,67% e desconta 11% ao arrepio da lei, sem levar em consideração o direito adquirido, porque quando fui para a reserva há alguns anos, eu fui de acordo com a Constituição Federal daquela época. Hoje, mudou-se a Constituição e levamos prejuízo com isso.

Seria interessante que fosse constado no Estatuto uma valorização ao homem que estuda. Eu fui soldado nesta Polícia!

Sr. Deputado, tem centenas de soldados, homem e mulher que estudam, tem centenas de soldados desta Polícia, que além de trabalhar às 72 horas por semana, 24 por 24, ainda ocupa o seu tempo indo para uma universidade fazer um curso superior. E eu gostaria de saber onde esse soldado aplica o seu conhecimento adquirido durante cinco anos, fora da Polícia, fora do Corpo de Bombeiros? Porque quando ele termina o curso, a primeira coisa que ele faz é pedir baixa, porque não tem a valorização devida.

Então, eu sugiro que seja criado no Estatuto um espaço para que esse homem seja valorizado ao concluir o curso superior, de soldado a subtenente, possa fazer um concurso, concorrer a um concurso. Concurso, não, seleção interna, porque se abrir concurso tem que abrir para toda sociedade. Seleção interna para participar do curso de oficial administrativo, onde ele irá exercer a sua função, por exemplo, ele é advogado, lá na Corregedoria Militar; o administrador, no setor de administração.

Eram estas as minhas palavras, eu agradeço a oportunidade. Muito obrigado (PALMAS).

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR
Nº 56/04, QUE DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS MILITARES DO ESTADO DE MATO
GROSSO, REALIZADA NO DIA 10 DE MARÇO DE 2005, ÀS 14:30 HORAS.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Agradeço ao Coronel Waldemir.

Como vocês notaram, agora vão começar a falar os políticos, vou ter que controlar o tempo. Então, eu vou diminuir o tempo para as pessoas que vão falar da mesa, porque são os Parlamentares.

A primeira a usar da palavra será a Deputada Verinha Araújo, mas antes disso quero anunciar a presença do Deputado Riva, 1º Secretário da Casa; e também um dos defensores da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros aqui, o Deputado J. Barreto, que há muito vem conosco fazendo esse trabalho. Justifiquei a sua ausência no início da Audiência Pública, em virtude de Vossa Excelência e o Deputado Zé Carlos do Pátio estarem na Secretaria de Segurança Pública tratando de assuntos de segurança na região sul.

Com a palavra, a ilustre Deputada Verinha Araújo, em seguida o nobre Deputado Eliene.

A SRª VERINHA ARAÚJO - Boa-tarde a todos e todas presentes nesta Audiência Pública.

Inicialmente, quero aqui cumprimentar o Deputado Humberto Bosiapo que foi o proponente desta Audiência Pública e todos os Deputados presentes; o Coronel Sales, Comandante da Polícia Militar; Coronel Brugnoli, Comandante do Corpo de Bombeiros; Coronel Haroim, Secretário Adjunto da Secretaria de Segurança Pública; Vereador Leomar, de Cáceres; Antônia, Vice-Prefeita de Pontal do Araguaia; Sérgio, Presidente da Associação dos Oficiais; Querubino, da Associação dos Sargentos; Fernandes, Presidente da Associação dos Cabos e Soldados da PM e Corpo de Bombeiros. Em nome do Sr. Vicente eu quero também cumprimentar todos os inativos e pensionistas. Em nome da Veranei quero também cumprimentar todas as Associações e Famílias Milicianas.

Quero dizer que este é um momento histórico aqui na Assembléia Legislativa, eu acredito que isso é fruto, inclusive, de uma luta democrática neste País em que as polícias pudessem aqui externar as suas reivindicações. Os senhores sabem que no período da ditadura militar, antes da Constituição Federal de 1988...

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Eu pediria a atenção de Vossa Excelência porque eu quero convidar o Deputado que já serviu o NPOR, Deputado Zé Carlos do Pátio, para assumir a direção dos trabalhos temporariamente.

(O SR. DEPUTADO ZÉ CARLOS DO PÁTIO ASSUME A PRESIDÊNCIA ÀS 16:27 HORAS.)

A SRª VERINHA ARAÚJO - Eu gostaria de dizer que antes da Constituição de 88, nenhum servidor público poderia se organizar em associação, sindicatos, éramos proibidos de fazer...

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Continua com a palavra a ilustre Deputada Verinha Araújo.

A SRª VERINHA ARAÚJO - Desculpa, Deputado, é que eu estou na ânsia de falar porque eu sei que o meu tempo é limitado e outros ainda querem falar.

Então, esse é o momento ímpar, eu acho que é importante, é fruto da luta democrática deste País.

Eu quero inicialmente lamentar a ausência do Secretário de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso. Eu avalio que uma Audiência como esta, hoje, o Sr. Secretário deveria estar conosco aqui para ouvir como nós ouvimos aqui nesta tarde várias representações sobre seus anseios em relação ao Estatuto da Polícia Militar. Esse Estatuto que é um mistério, desde que eu iniciei o mandato na Assembléia Legislativa nós recebíamos e recebemos constantemente representações

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR
Nº 56/04, QUE DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS MILITARES DO ESTADO DE MATO
GROSSO, REALIZADA NO DIA 10 DE MARÇO DE 2005, ÀS 14:30 HORAS.

para que isso fosse votado. E praticamente já estamos aqui, mais da metade do nosso mandato, ainda discutindo o Estatuto da Polícia Militar, enquanto que já votamos aqui o Estatuto da Polícia Civil, já votamos vários estatutos, estamos aí para debater a perícia técnica...

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Vossa Excelência tem mais um minuto.

A SRª VERINHA ARAÚJO - Então, eu quero dizer que esse estatuto que aqui foi relatado sobre uma série de deficiências, se ele for votado da forma como está, não vai resolver grandes problemas aqui relatados em várias intervenções.

Então, nesse sentido, eu entendo que Estatuto é plano de carreira, é resguardar a carreira daquele servidor ou servidora que ingressou pelo concurso público e que tem o direito de inclusive ser reconhecido pelo seu tempo de serviço e pela sua formação. Se o Estatuto basicamente não resolver isso, os senhores militares ficarão submetidos infelizmente muitas vezes a indicações políticas. E plano de carreira tem que respeitar basicamente essas duas questões.

E dizer também que não basta discutirmos o Estatuto quando temos o flagrante desrespeito a jornada de trabalho, se não encararmos a ampliação do contingente efetivo da Polícia Militar, que é sério, porque por onde andamos neste Estado falta policial, não dá conta, em regiões onde a violência impera.

Então, é preciso também que o Governo amplie o efetivo da Polícia Militar. E tem recurso sim, tem recurso Estadual, tem recurso Federal, compartilhado em várias ações que o Governo está implantando no Estado de Mato Grosso com recurso do Governo Federal, como discutimos o sistema único de segurança pública neste país, desde o ano retrasado.

Portanto, eu quero me colocar solidária a todas as questões que foram levantadas aqui. E, por último, o que constatamos, também, é que muitos policiais que querem estudar, no dia em que eles têm aula, infelizmente, às vezes são obrigados a faltar, porque foram convocados por uma escala para cumprir uma jornada maior do que aquela que a lei determina.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Nós agradecemos.

A SRª VERINHA ARAÚJO - Concluindo, eles ficam prejudicados. Nem podem estudar, trabalham excessivamente, vão prestar um serviço ruim para a população. À medida que sabemos que vocês, que estão nessa área hoje, são aqueles que enfrentam a violência todo dia, toda hora e, muitas vezes, não há condições psicológicas até de enfrentar família na hora que chegam em suas casa.

Então, meu apoio, minha solidariedade para uma polícia cidadã, e que se respeita o direito. Esta Casa tem o dever de regulamentar a carga horária, sim. Não podemos mais permitir o que vem ocorrendo aos senhores e as senhoras. Muito Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Com a palavra, o Deputado Alencar Soares.

O SR. ALENCAR SOARES - Sr. Presidente, Deputado Zé Carlos do Pátio, Cel. da PM Sales, em nome do qual cumprimento todos os coronéis aqui presentes e toda a Polícia Militar.

Deputado Eliene, Deputado Sebastião Rezende, Deputado J. Barreto meus colegas. Deputada Verinha Araújo, em nome da qual cumprimento todas as mulheres aqui presentes.

Nós, ouvindo todas as partes, vamos falar como Deputado Estadual e como Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, achamos de suma importância que vários Estatutos para cá vieram, com várias discussões, porque pode ter sido bom para evitar que fosse votado no afogadilho, como queriam que fosse votado no ano passado. E nós conseguimos, com o Governador, retirá-lo de pauta...

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR
Nº 56/04, QUE DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS MILITARES DO ESTADO DE MATO
GROSSO, REALIZADA NO DIA 10 DE MARÇO DE 2005, ÀS 14:30 HORAS.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO)- Deputado Alencar Soares, eu quero convidar o Deputado Humberto Bosaipo, que tanto brilhou na indicação desta Audiência Pública e que sempre defendeu a Polícia Militar e o Corpo e Bombeiros, para reassumir a direção dos trabalhos.

(O SR. DEPUTADO HUMBERTO BOSAIPO REASSUME A PRESIDÊNCIA ÀS 16:33 HORAS.)

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Continua com a palavra, o Deputado Alencar Soares.

O SR. ALENCAR SOARES - Sr. Presidente, eu repito que esse atraso, essa discussão, foi melhor. Eu tenho em mãos, e chegou hoje um Estatuto, uma matéria vinda do Governo, os acertos e as emendas que foram feitas, vamos dizer assim, pela Comissão formada pela Polícia Militar, e hoje ainda recebi do Cel. Leite mais uma idéia, uma emenda, que nós achamos que está correta e, agora, das Associações.

Às vezes, um Deputado pode não falar e podem chegar as informações, e ainda hoje podemos mudar, mas eu sou o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, com mais quatro Deputados, que são os Deputados Zeca D'Ávila, Eliene, Renê Barbour e o Chico Daltro, e acho que quanto mais discutirmos para nós será mais importante. Quanto mais chegarmos a um diálogo com o Governador, para nós será melhor. Porque, às vezes, a Associação está com razão, e cada um tem que defender o seu direito, aquilo que acha que é certo.

Eu vi a sua defesa, Comandante do Corpo de Bombeiros, e tudo é certo. Mas tem muita coisa dentro da discussão que é importante, Sr. Presidente. E Vossa Excelência que conduz a Comissão de Segurança Pública e Comunitária muito bem, junto com os demais Colegas, sabe disso, porque há muitas idéias e muitas propostas que não são constitucionais. E aí chegam na Comissão de Constituição e Justiça e nós temos que vetar... Não somos nós. A nossa assessoria fala: Isto aqui não pode, é inconstitucional.

Às vezes, nós da Comissão, como Presidente da Comissão, aprovamos, contrariando a inconstitucionalidade. Aprova-se em plenário chega lá no Governador, a assessoria dele - e estão presentes aqui dois Secretários dele - com razão fala: É inconstitucional, e veta. Aí volta tudo para trás. Quer dizer, vetou e pronto, volta tudo para trás.

Então, a nossa fala é somente sobre essa parte. Eu peço ao Presidente dessa Comissão, Deputado Humberto Bosaipo, aos seus membros, que junto com a Comissão... São três: tem o Projeto do Governo, tem as idéias e as reivindicações da associação dos militares, e que se discuta as duas, para chegarmos no Governo e sair com uma conclusão que seja melhor para todo mundo.

Para nós, Deputados Estaduais, que vamos votar o futuro da Polícia Militar e do Bombeiro, o futuro - a Deputada Verinha Araújo disse aqui bem claro - está nas nossas mãos, porque vamos votá-lo. Então, quanto mais discuti-lo, para nós é melhor e mais importante, porque aí temos condições de dar o parecer e ajudá-lo. Está aqui nas nossas mãos.

Na nossa Comissão, ainda ontem, o Projeto do Governo, a Mensagem do Governo de nº 147/04, que fixa o subsídio dos Coronéis Militares da Polícia do Estado de Mato Grosso, estava na nossa mesa para ser votado junto com os Deputado. Aí falamos: Não, vamos retirá-lo da pauta, vamos discutir com os coronéis e com o Governo para chegar a um denominador comum, porque não adianta aprovarmos no afogadilho e contrariar todas as partes.

Essa matéria estava aqui ontem para ser votada. Desde terça-feira está na nossa Comissão, e nós retiramos, não conseguimos falar com o Cel. Sales, pedi ao Major Macedo para conseguir falar com ele, mas não conseguiu falar.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR
Nº 56/04, QUE DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS MILITARES DO ESTADO DE MATO
GROSSO, REALIZADA NO DIA 10 DE MARÇO DE 2005, ÀS 14:30 HORAS.

Nós já marcamos agora para conversar, para discutir, porque não há interesse nosso, de todos os Deputados, e a Polícia Militar, todos os órgãos, todos os representantes de atividades do Estado de Mato Grosso, Educação, Saúde, tem toda a liberdade... Mas hoje eu sinto que parece que a Polícia Militar tem um trânsito maior, uma liberdade de discussão conosco, parece que está mais presente.

Então, eu encerro. Sr. Presidente, dizendo que a discussão para nós é muito mais importante do que para os senhores e as senhoras aqui presentes, porque queremos votar, mas queremos votar uma coisa que vem ao encontro dos senhores e das senhoras, porque está aqui na nossa mão o futuro dos senhores e das senhoras. Então, se chegar a um denominador comum com os senhores, com as associações, com o Governo, para nós é muito melhor.

Muito obrigado, Sr. Presidente (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Com a palavra o Deputado Eliene.

O SR. ELIENE - Sr. Presidente, Deputado Humberto Bosaipo, quem parablenho pela iniciativa da propositura para a realização desta audiência pública. Cumprimento os demais colegas Deputados presentes: Deputado Riva, Deputada Verinha Araújo, Deputado Zé Carlos do Pátio, Deputado Alencar Soares, Deputado J. Barreto, Deputado Sebastião Rezende, e também Deputado Nataniel de Jesus que estava presente.

Cumprimento aqui o Comandante Geral da Polícia Militar, Coronel Sales; o Comandante do Corpo de Bombeiro Militar, Coronel Brugnoli; o Secretário Adjunto da Secretaria de Justiça e Segurança Pública, Coronel Hardoim.

Representando aqui o Executivo, juntamente com o Secretário de Administração, Geraldo de Vitto.

Cumprimento todos os militares, as mulheres militares e os bombeiros.

Quero dizer da importância da realização desta audiência pública. Primeiro, a violência no mundo é um fenômeno e, se não tratarmos a questão da segurança da mesma forma com que se trata a educação, cada vez mais a sociedade vai ter problemas, vai viver angustiada, vai viver sendo notícia nos programas de televisão de sensacionalismo. Então, é preciso ter muita responsabilidade na busca das soluções do que se discute aqui.

Toda as reivindicações expostas na tribuna pelos representantes dos grêmios, pelos Presidentes de associações, pelo Vereador que veio de Cáceres e aqui bem falou, pelos Coronéis e Majores que expuseram seus pontos de vista, como a exposição que o Major Wolkmer fez aqui e que foi importante para uma reflexão, tudo isso não está restrito ao plenário da Assembléia Legislativa, ao auditório e ao salão. Isso está na imprensa e amanhã vai se tornar pública à vontade de cada segmento que aqui se expressou na audiência pública.

Então, essa audiência, Deputado Humberto Bosaipo, realmente trás uma dimensão muito maior do que algumas pessoas imaginam.

Amanhã, no jornais, nos meios de comunicação e hoje à noite ainda, o Governador Blairo Maggi e seu Secretariado vão ter acesso a todas essas reivindicações expostas aqui.

Nós estamos vendo, através das mulheres, falou a Márcia, a Veranei, a Antônia, uma participação efetiva das mulheres dos militares e das mulheres militares também.

Agora, na última segunda-feira, eu fui num evento do Dia Internacional da Mulher realizado para as mulheres militares e para as mulheres dos militares, requerido pelo Cel. Sales, através da sua esposa também, que o realizou. Isso já é uma organização, uma amostra de força; uma amostra de busca conjunta dos direitos. Então, tudo isso eu julgo de extrema importância.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR
Nº 56/04, QUE DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS MILITARES DO ESTADO DE MATO
GROSSO, REALIZADA NO DIA 10 DE MARÇO DE 2005, ÀS 14:30 HORAS.

Andamos nas ruas de Cuiabá, nas diversas cidades do Estado de Mato Grosso, e vemos, hoje, coisa que não víamos lá há oito, dez anos de militar cercar o Deputado e dizer: “e o nosso Estatuto? Nos apoiem lá; precisamos de vocês.” Esse tipo de articulação e de manifestação está demonstrando realmente uma participação maior e uma conscientização maior. E através desta discussão é que vai mexer com a sensibilidade do Governo do Estado e vai fazer com que a maioria dos Deputado também estará apoiando e contribuindo para que tenhamos um Estatuto muito mais completo, muito mais justo, mais humano, que é o que vocês esperam. Então, sucesso. Conte conosco nesta empreitada. (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Com a palavra, o nobre Deputado Riva.

O SR. RIVA - Sr. Presidente desta audiência pública e autor do requerimento desta convocação, Deputado Humberto Bosaipo, colegas Deputados Estaduais, saúdo todos em nome do Deputado Zé Carlos do Pátio e da Deputada Verinha Araújo. Quero saudar toda a polícia militar em nome do Comandante-Geral da PM, Cel. Sales, e saudar toda a imprensa, enfim, todos aqueles que participam desta audiência pública.

Gostaria, Secretário de Estado de Administração, Geraldo de Vitto, de iniciar as minhas palavras, antes de mais nada, ressaltando aqui a importância da luta da polícia militar por essa conquista. Porque se voltarmos lá atrás, ainda no final de 2004, tínhamos uma insegurança muito grande desde a chegada do Estatuto aqui. E esta Casa tomou uma decisão, naquele momento, quando eu presidi este Parlamento, apoiada por todos os Deputados, de não votarmos aqui de forma isolada nenhuma matéria da Polícia Militar, a não ser numa análise conjunta, inclusive o Estatuto da Polícia Militar. Só votamos aqui uma matéria, porque fomos liberados pela própria polícia militar. Estivemos conversando e discutindo e chegamos a um entendimento de que era melhor votarmos.

Mas quero, acima de tudo, ressaltar aqui a importância do Governador Blairo Maggi nesse Estatuto, porque eu vi alguns militares - permitam-me os senhores fazer essa defesa - reclamarem do teor do Estatuto. Alguns discordando de algumas coisas, outros achando que podia ser melhor. Mas eu vou aqui transmitir as palavras do Governador, por ocasião do envio aqui a esta Casa, do Estatuto da Polícia Militar, quando nós conversamos com o Major Coneza, que fazia plantão aqui na Casa para saber se o Estatuto havia chegado.

Havia uma preocupação maior, inclusive, de que esta Casa votasse o Estatuto sem essa discussão aqui. Recordo-me que nós dissemos à Comissão e, inclusive, ao Major Coneza: “esqueçam! Podem ir para casa, porque o Estatuto não vai ser votado sem uma ampla discussão, e não será só com os coronéis, não será só com os oficiais, será com todo o segmento da Polícia Militar, com todos, desde os Praças até os Coronéis.” Inclusive, esse aqui é o pontapé inicial, porque a partir daqui, eu acredito que, para ser produtiva essa discussão, nós temos que organizar um grupo de trabalho composto por todos os segmentos da Polícia Militar, pela Comissão de Segurança Pública e Comunitária, pelo Secretário de Estado de Administração, pelo Secretário de Estado de Segurança, de quem eu quero fazer a defesa aqui. Ele não está presente, mas foi um defensor, um defensor ferrenho da vinda do Estatuto para cá. Lembro quando o Governador consultou o Secretário de Segurança: “o Estatuto não está pronto para ser enviado, vamos enviá-lo e fazer na Assembléia a discussão?” O Secretário de Segurança foi prontamente favorável. Então, nós não podemos deixar de dar essa informação, porque a ausência do Secretário aqui não vai implicar em nada. Até porque ele vai apoiar as mudanças que forem necessárias e que não serão feitas discutindo apenas com um lado, não! Será feita uma mesa de trabalho com todo o segmento da Polícia.

Então, o Governador decidiu remeter para cá o Estatuto, confiando na capacidade de diálogo da Assembléia Legislativa e, principalmente, confiando que a Polícia Militar, juntamente

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR
Nº 56/04, QUE DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS MILITARES DO ESTADO DE MATO
GROSSO, REALIZADA NO DIA 10 DE MARÇO DE 2005, ÀS 14:30 HORAS.

com a Assembléia Legislativa, melhorasse o texto desse Estatuto. E não tenham dúvidas de que ele será melhorado. É lógico: eu não sei se vai contemplar aqui todos os pleitos da Polícia Militar, mas com certeza, muitos dos pleitos que vocês estão aqui fazendo serão contemplados. O Deputado Zé Calos do Pátio fala do Corpo de Bombeiros, que está inserido na discussão... O Corpo de Bombeiros, enfim, todos os segmentos da Polícia Militar aqui estão inseridos.

Então, eu quero aqui enaltecer a posição do Governador Blairo Maggi, que confiou à Assembléia Legislativa essa tarefa de fazer essa discussão para arredondar o Estatuto. No meu ponto de vista, é um dos maiores avanços para a Polícia, tanto quanto encurtar a distância do salário entre os coronéis e os demais segmentos. Ele é tão importante quanto isso, mas não vamos ficar apenas no Estatuto. Essa questão salarial tem que ser urgentemente discutida e esta Casa vai fazer isso junto.

Até recomendo que nós façamos nessa mesma discussão. Vossa Excelência que sempre teve uma relação muito estreita com a Polícia Militar, é tão importante quanto.

Então, vocês fiquem tranquilos. A Assembléia Legislativa está preparada para isso. Lembraram-me aqui do Corpo de Bombeiros. Nós esperamos votar esse Estatuto aqui antes do final deste período, até junho, para ele estar vigorando já. Então, é possível fazer isso. Basta os senhores e as senhoras definirem essa comissão de trabalho junto com a Comissão de Segurança, junto com o Deputado Humberto Bosaipo, que é o defensor da categoria.

Não tenham dúvida de que todos os Deputados, indistintamente, querem ver a Polícia Militar melhor. Afinal de contas, nós temos que reconhecer que melhorou, e melhorou muito, a Polícia Militar do Estado de Mato Grosso. Tinha momentos atrás que dava medo ficar perto da Polícia Militar em determinados lugares. Hoje, já nos sentimos mais seguros. Eu quero até parabenizar a Polícia Militar por isso. É um bom sinal. É um momento oportuno para nós ressaltarmos, para dizer que vocês, realmente, têm crédito com o Governo, com a Assembléia Legislativa e com a própria sociedade.

Então, podem confiar no trabalho da Assembléia Legislativa. Podem confiar que o Governo quer o melhor para vocês. Podem confiar nos representantes de vocês, porque estiveram aqui em todos os momentos cobrando o Estatuto. Alguns até questionando que não deveria vir naquele teor, deveria arredondar por lá. Mas eu sou consciente de que se ficar lá, nós poderíamos ficar mais um ano. Então, ele chegou aqui e estamos fazendo esta primeira Audiência Pública.

Acredito que melhor ainda serão as reuniões de trabalho, Coronel, que nós poderemos fazer a partir de hoje, que é o pontapé inicial para essa discussão.

Então, quero agradecer a paciência de vocês, louvar a iniciativa do Governo em enviar para cá o Estatuto da Polícia Militar em vir participar desta discussão em tão grande número porque, realmente, é uma categoria muito unida. Muito obrigado e contem comigo (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Nós queremos informar que essa Comissão que o Deputado Riva citou já está formada. Essa Comissão já falou com seus representantes.

O Secretário Geraldo de Vitto que esteve aqui já levou a proposta apresentada pela Comissão, vamos marcar a data na Comissão.

O Presidente da Comissão de Segurança Pública e Comunitária é o Deputado Gilmar Fabris, que está também no Palácio, sendo atendido pelo Governador hoje. Como tinha uma audiência marcada, não pode estar aqui, mas nós vamos marcar o calendário na Comissão de Segurança Pública e Comunitária da Casa, que vai ser renovada este mês, para a discussão com o Governo.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR
Nº 56/04, QUE DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS MILITARES DO ESTADO DE MATO
GROSSO, REALIZADA NO DIA 10 DE MARÇO DE 2005, ÀS 14:30 HORAS.

Quero justificar a ausência do Presidente da Casa, Deputado Silval Barbosa, que está na região norte do Estado, realizando seminários regionais, que começa hoje e vai até sábado.

Vamos ouvir o Deputado Sebastião Rezende.

O SR. SEBASTIÃO REZENDE - Cumprimento o Deputado Zé Carlos do Pátio, Deputado J. Barreto, Deputado Eliene, Deputado Nataniel de Jesus, Deputada Verinha Araújo, Coronel Hardoim, Secretário Adjunto de Segurança Pública, Coronel Sales, Deputado Riva, 1º Secretário da Casa, Coronel Brugnoli, demais oficiais aqui presentes, oficiais da reserva, praças, policiais, bombeiros, Família Miliciana, mulheres de policiais militares, enfim, todos que prestigiam esta Audiência Pública, um momento oportuno de estarmos discutindo um tema importante que é o Estatuto da Polícia Militar e Bombeiro Militar.

Quero dizer da nossa preocupação e do nosso trabalho aqui, enquanto Deputado Estadual e membro da Comissão de Segurança Pública e Comunitária, de estar discutindo esse tema. Eu acredito que, com a participação de todos vocês e com essa Comissão formada para discutir esse tema, este é um momento especial, de ter da melhor forma possível atendidos os pleitos desse segmento de servidores que é tão importante para o Estado de Mato Grosso. Como já disse aqui o Deputado Riva, realmente há essa preocupação do Governo do Estado, há preocupação de todos os Deputados Estaduais desta Casa de ver realmente contemplados da melhor forma possível, nesse Estatuto, os direitos dos servidores da segurança pública, especialmente, nesse caso, da Polícia Militar e Bombeiro Militar.

Eu acho que é um momento ímpar e todos nós vamos trabalhar muito fortemente nesse sentido. É a primeira Audiência Pública para discutir o Estatuto, para ouvir as propostas aqui apresentadas. Muitas outras reuniões a partir de agora acontecerão nesta Casa até para que o mais rapidamente possível possamos ver esse Estatuto votado aqui, garantindo os direitos dos nossos servidores da segurança.

Quero até fazer uma colocação aqui com relação à palavra do 3º Sargento Manoel Silênio, que é da região da Barra do Garças. Tem sido uma preocupação muito grande nossa contemplar todos os Batalhões da Polícia Militar, pelo menos com um psicólogo. Nós entendemos hoje o quanto é desgastante, estressante a carreira do policial militar, o quanto é importante ali a presença de um profissional, de um psicólogo, não só para si, mas para sua família, dando atenção naqueles momentos mais difíceis que ele vive, de estresse constante, o tempo todo em conflito, combatendo a criminalidade, principalmente os praças, aqueles que ficam muito fortemente na rua. Então, tem sido uma preocupação nossa, uma luta nossa.

Nós temos tido também aqui nesta Casa, e já falei ao Secretário de Segurança Pública da importância das companhias independentes de Polícia Militar nos presídios. Há um trabalho muito forte, há um anseio inclusive e uma dificuldade muito grande de administrar essa questão nos presídios. Inclusive em nosso Município Rondonópolis, nós temos dificuldade extrema nesse sentido. É um pleito que nós temos feito. Eu tenho certeza de que haverá de contar com respaldo dos nossos Deputados Estaduais desta Casa. O Governo do Estado tem sido muito solícito nessas questões.

Enfim, eu quero dizer a todos vocês que podem contar conosco, contar com a Comissão de Segurança Pública e Comunitária, que tem, na pessoa do Deputado Humberto Bosaipo, uma atenção muito especial para com essa questão. Como já disse, o Presidente é o Deputado Gilmar Fabris, mas o Deputado, como membro da Comissão, tem estado sempre muito receptivo e é um Deputado atuante com relação a essa questão da Polícia Militar, do Bombeiro Militar. E todos nós estaremos imbuídos nessa questão, até para que possamos ver, de forma muito mais rápida, esse

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR
Nº 56/04, QUE DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS MILITARES DO ESTADO DE MATO
GROSSO, REALIZADA NO DIA 10 DE MARÇO DE 2005, ÀS 14:30 HORAS.

Estatuto ser votado nesta Casa, de forma definitiva, contemplando da melhor forma possível os nossos servidores.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Faltam três minutos para encerrarmos a nossa Audiência Pública. Mas eu vou dilatar um pouco esse prazo, porque ainda temos três oradores.

Vamos ouvir agora, o Cel. Leovaldo Sales, Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso.

Comunicamos que o saguão da Assembléia Legislativa e o Auditório Milton Figueiredo estão completamente lotados e as pessoas estão assistindo a esta Audiência Pública pela TV Assembléia, canal 36, Tv a cabo.

O SR. LEOVALDO SALES - Boa-tarde a todos!

Eu ouvi atentamente tudo que foi falado aqui. Anotei várias coisas. E parece-me que nós, felizmente, ouvimos o discurso da coerência no posicionamento do nosso Deputado Riva, e, também, do nosso Presidente da Associação, Major Coneza. Como coerentes foram todas as manifestações aqui desfiladas. Conciliar as vontades, achar um ponto de equilíbrio, talvez, não seja uma tarefa tão simples e tão fácil assim. É por isso que nós estamos aqui discutindo, buscando caminhos alternativos para melhoria da qualidade de vida das instituições militares do nosso Estado.

É dessa forma que nós queremos agradecer a Assembléia Legislativa.

Mesmo sem autorização do nosso Secretário, Deputada Verinha Araújo, eu quero justificar a ausência do mesmo, como já feita pelo Deputado Riva. Eu quero justificar a Vossa Excelência, por quem eu tenho um respeito diferenciado.

O Secretário não pôde estar aqui porque está tratando de matéria de interesse da segurança pública deste Estado, inadiável e impostergável. Era necessário que ele estivesse ausente.

As nossas vontades são, sim, limitadas. Elas são condicionadas pelas possibilidades e pelo alcance que o Estado tem. Não adianta querermos - e aqui foi dito isso - tudo aquilo que pensamos e até estamos convencidos que é direito nosso. E daí, eu busco orientar a minha instituição sobre equilíbrio, sobre prudência, sobre maturidade, na condução dessa discussão tão séria.

Parece-me que a perspectiva de se criar uma comissão nos dá e nos consolida essa esperança.

Quero discordar um pouquinho do nosso palestrante inicial, o nosso Major Wolkmer, quando ele apresenta uma proposta estatutária, onde retorna todos os nossos direitos, supostamente subtraídos da Procuradoria-Geral do Estado, como produto inacabado.

Foi-se criada uma comissão interinstitucional, recentemente, para estudar o nosso Estatuto, e se chegou a esse produto final sem a participação dos Procuradores, sem a participação do pensamento do Governo.

Então, é prudente que se crie, efetivamente, essa Comissão para que o Governo esteja novamente participando da condução do nosso Estatuto.

Eu tenho certeza e ouvi aqui neste plenário, Sr. Presidente, recentemente, uma prestação de contas do nosso Governo. Na verdade, não foi uma prestação de contas. Na verdade, o Governo esteve aqui fazendo projeções, desenhando cenários futuros deste Estado. E nessa perspectiva, o Governo de Mato Grosso disse que pretende e que é esforço desse Governo transformar Mato Grosso no grande celeiro do Centro-Oeste, na grande esperança desta Nação.

Esse processo não acontece sem a Polícia Militar, sem Corpo de Bombeiros. Eu penso que uma estratégia muito mais convincente para nós todos militares, é pisar no som da

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 56/04, QUE DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS MILITARES DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 10 DE MARÇO DE 2005, ÀS 14:30 HORAS.

realidade e mostrar para o nosso Governo, de maneira global e aqui englobo o Poder Legislativo, o Poder Judiciário, englobo toda a sociedade mato-grossense, convencer essa sociedade de que 170 anos de existência, tal qual esse Poder Legislativo tem de idade, nos dá a certeza de que não somos apenas uma instituição boa, nós somos úteis e imprescindíveis para a condução de qualquer processo que tenha a pretensão de levar este Estado ao progresso.

Desta forma, precisamos convencer mais. A nossa instituição também está diante de uma grande reflexão sobre sua capacidade de convencimento. Aí o tempo que essa comissão terá para, prudentemente, mostrar todas as nossas necessidades para o Governo, será suficiente, espero, para convencê-lo de que nós somos imprescindíveis para o cenário que ele projeta para este Estado. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Eu recebi um protesto aqui na mesa e quero justificar.

Passo a palavra para a Sr^a Joelma Aparecida Silva, Presidente da Associação da Família Milicianiana da Região Norte.

Não chegou aqui a sua inscrição. Como chegou agora, passo a palavra para a senhora.

A SR^a JOELMA APARECIDA SILVA - Boa-tarde a todos.

Cumprimento aqui todos os militares na pessoa do Coronel Sales; na pessoa da Deputada Verinha Araújo, cumprimento os demais Deputados; e cumprimento a todos os Bombeiros na pessoa do Coronel Brugnoli.

Eu vim falar aqui que a proposta do Governo retira a ajuda de custo para os policiais militares. A Comissão da PM voltou a ajuda de custo, que está agora aqui nas mãos dos Srs. Deputados.

Então, o que nós queremos é que mantenha a ajuda de custo. Por quê? Eu moro na região de Alta Floresta, moro em Alta Floresta. Um policial militar de Alta Floresta é transferido. Como ele vai fazer sem ter a ajuda de custo? É muito difícil. Então, o que nós queremos é que mantenha a ajuda de custo para o policial militar, mas que essa ajuda de custo seja paga para o policial militar, ou na hora da transferência ou quando ele chegar no seu novo local de trabalho.

O que queria pedir aqui também aos nobres Deputados é que olhassem com carinho para a nossa região, também o Cel. Sales, porque é muito longe. Eu ouço os senhores aqui sempre lembrando de três associações que sempre estão presentes às reuniões. Mas o que queria deixar bem claro é que é muito difícil para eu estar aqui em todas as reuniões. Saí da minha casa no domingo para reunião que teve no dia 07, e tive que permanecer aqui até hoje, para estar presente aqui hoje, porque eu não tinha condições de retornar a minha cidade e voltar a Cuiabá hoje.

Mas o que quero deixar claro é que a região norte tem uma associação atuante e que representa todo o Nortão de Mato Grosso. E peço, de coração que vocês olhem com carinho para a nossa região, para os Policiais Militares, e vocês, Deputados, para todos nós, da região norte.

Não vou falar mais, porque eu sei que o tempo é curto. Já está estourado o tempo. Muito obrigada. E desculpe. (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Vou transferir todo o prestígio de todas as suas companheiras também para você, Joelma, pela sua luta.

Com a palavra, o nobre Deputado Zé Carlos do Pátio.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Quero cumprimentar toda a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros aqui. Falarei somente um minuto.

Quero dizer o seguinte: essa Comissão está formada. Os Deputados todos fizeram um discurso de compromisso com a questão da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, mas quero

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 56/04, QUE DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS MILITARES DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 10 DE MARÇO DE 2005, ÀS 14:30 HORAS.

aqui dizer que as negociações vão começar e vamos ter que ser muito competentes nas negociações, item por item, para que a categoria tenha vitórias e conquistas. Falo isso, porque me preocupou muito quando veio para cá o subsídio da Polícia Militar.

Sr. Presidente, quando o subsídio veio para cá eu era um dos únicos Deputados contra o subsídio.

Lembro-me que procurei a categoria e questionei o subsídio. E a própria categoria nos deu anuência para votarmos o subsídio. E eu sou um Deputado que respeito muito o cidadão, muito a população. E depois eu comecei a ouvir a categoria falar: “puxa vida, acabou com a nossa carreira o subsídio”. E acabou mesmo! Luta de 15, 20, 30 anos da Polícia Militar e dos Bombeiros, acabou com o subsídio! E nós não podemos deixar esse Estatuto ser votado a toque de caixa. Quero pedir que se tiver que demorar seis meses, igual esta Assembléia Legislativa fez por ter segurado no bom sentido... Esta Assembléia Legislativa teve que segurar aqui no final do ano a votação do Estatuto, porque queriam votar esse Estatuto a toque de caixa. Nós vamos dar o tempo que for necessário, porque tempo, por causa de um mês, dois meses, pode ser a história e a vida de um policial.

Então, eu venho aqui falar para vocês, servidores dos Bombeiros e da Polícia Militar, que estejam extremamente atentos nessa negociação. Eu sou cidadão, sou Parlamentar, e o meu voto vai ser de vocês. Fico preocupado na hora de votar para não comprometer a história da vida de vocês, que vivem exclusivamente para isso. Advogado que trabalha no Estado pode advogar fora. Qualquer um pode trabalhar fora. O único que tem que viver exclusivamente para a profissão é o militar.

Então, eu quero aqui me solidarizar com vocês, e dizer que esse é o início de uma nova caminhada. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Eu estou sugerindo o prazo de 90 dias para discutirmos e votarmos esse Estatuto, porque senão nós não vamos votá-lo aqui nunca.

Então, a partir de hoje, 90 dias. Se for necessário fazemos até uma “eletricidadezinha” maior, mas se nós não colocarmos prazo, daqui a pouco o Estatuto que está aqui já está defasado com as necessidades da categoria.

O Deputado está dizendo que é força de expressão e eu entendo do mesmo jeito, como foi um minuto dele. Nunca vi um minuto mais comprido!

O Deputado Zé Carlos do Pátio é um dos Deputados que defende aqui a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar.

Com a palavra, o Coronel Élcio Haridoim, Secretário Adjunto da Gestão Administrativa Financeira da Secretaria de Estado de Segurança.

O SR. ÉLCIO HARDOIM - Sr. Presidente da Mesa, Deputado Humberto Bosaipo, Deputada Verinha Araújo, em nome dos quais cumprimento todos os Deputados aqui presentes; Srs. Coronéis Sales e Brugnoli, em nome dos quais cumprimento todos os militares estaduais aqui presentes; Sr^a Márcia, em nome da qual cumprimento todas as senhoras esposas de militares aqui presentes; e representantes de agremiações e grêmios.

Presidente, eu estou numa situação bem delicada aqui por ser Coronel de Polícia e, no momento, estou representando o Secretário de Segurança Pública.

Em primeiro momento, gostaria de justificar a Deputada Verinha Araújo que o Secretário de Segurança não se furtou da vinda aqui. Tanto se preocupou que me colocou no fogo, pedindo que eu o representasse aqui no momento.

Eu gostaria, Deputado, de fazer um histórico aqui. Eu tive o prazer - quando foi instituído o subsídio - de participar de uma comissão da Polícia Militar e acompanhei essa situação.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 56/04, QUE DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS MILITARES DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 10 DE MARÇO DE 2005, ÀS 14:30 HORAS.

Naquela oportunidade, nas negociações que foram feitas com o Governo da época, houve uma colocação bem clara dos militares, aliás, foram colocados aos militares que o subsídio incorporaria, que seria incorporado ao subsídio somente. Aquelas vantagens decorrentes do cargo, ajuda de custo e outras indenizações que são específicas da função não seriam agregadas ao subsídio. Porém, no apagar de um ano legislativo, o subsídio veio para esta Casa e foi votado da forma como está, retirando os direitos de alguns militares estaduais que hoje são importantíssimos.

Inclusive, o Governador já se colocou favorável a uma forma de solução, por exemplo: nós pegamos um policial que é morador daqui, que foi concursado, é morador de Cuiabá, e o mandamos para Colniza, onde ele não tem ambiência no local, onde a locação de um imóvel é caríssima e o deixamos a sua sorte lá. Um exemplo. No Estatuto anterior tinha a possibilidade do Estado indenizar, ou possibilidade da disposição, auxílio localidade e auxílio moradia, que nesse caso não consideramos um privilégio, é um direito do policial que é destacado lá para o fim do mundo - desculpem até o termo “fim de mundo”-, lá nos rincões do Estado, nas áreas mais longínquas do Estado, ficando ao bel prazer da comunidade para ajudá-lo a morar e sobreviver no local.

Então, esse Estatuto, sim, tem que resgatar essas situações, tem que debater de uma forma clara e responsável, essas situações, não colocando como muitas pessoas colocam, de maneira pejorativa, de que são privilégios da função. Na verdade, não é um privilégio, isso tem que ser debatido porque é uma necessidade, porque é um órgão, é um agente de polícia, é um agente do Estado que está lá no fim do mundo, está lá nas partes mais longe do Estado e sujeito a pressões de todos os tipos e se ele não tiver uma autonomia do Estado para trabalhar, ele fica sujeito até a se encostar, ou seja, ser cooptado por pessoas de má índole.

Gostaria de aproveitar também e fazer uma colocação e um esclarecimento aos Srs. Deputados do que foi colocado aqui com relação à ajuda de custo e transporte. Também foi debatido à época que isso era um privilégio dos militares, o fato de termos a ajuda de custo e termos o transporte. O esclarecimento que eu gostaria de colocar, a ajuda de custo quando concedida ao militar, ela se destinava a quê? Possibilitar ao militar que está mudando com a sua família para uma outra localidade ter a possibilidade de fazer a matrícula de seu filho na escola, fazer uma locação de imóvel de maneira prévia e, depois que o Estado tivesse condições, o Estado arcaria com a despesa da mudança dele, ou seja, de todos os bens e patrimônio que ele possui. Por isso que havia duas.

O entendimento do Estado na época do subsídio foi a seguinte: Ah, não, a ajuda de custo é para resolver o problema. Então, uma ajuda de custo para fazer tudo... Isso aí é realmente uma situação que também deve ser questionada e foi muito colocado pelas associações resgatar isso ao Estatuto.

Então, feito esse breve histórico que eu tive o prazer de vivenciar e acompanhar, eu gostaria de colocar a posição do Governador no caso do Estatuto. Ele já colocou ao então Presidente Deputado Riva, que ele deixou a responsabilidade, ele não transferiu a responsabilidade do debate do Estatuto a Assembléia Legislativa, ele quer sim em conjunto debater essa questão. O que estava acontecendo é que cada um puxava para um lado e nada mais justo do que nesta Casa de Lei, nesta Casa em que o debate democrático é feito, que seja discutido e seja chegado a um ponto comum.

Então, o objetivo do Governador é recepcionar esse Estatuto da forma que for melhor debatido aqui e no final fazer uma sanção do Estatuto, onde vai ser atendido todos os anseios dos militares estaduais.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR
Nº 56/04, QUE DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS MILITARES DO ESTADO DE MATO
GROSSO, REALIZADA NO DIA 10 DE MARÇO DE 2005, ÀS 14:30 HORAS.

No mais, como eu falei, eu não sou de falar muito. Gostaria de agradecer a oportunidade de ter tido a palavra e da mesma forma nos colocamos à disposição lá na Secretaria de Justiça e Segurança Pública. Obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - O último orador inscrito é o Deputado J. Barreto.

Lembramos que a Assembléia Legislativa vai começar na próxima semana, data ainda a ser marcada na Comissão de Segurança Pública e Comunitária, esses debates que o Major Wolkmer apresentou. Ele foi o porta-voz do anseio de todas as Associações.

Nós queremos, como eu disse, no máximo em 90 dias.

Com a palavra, o Deputado J. Barreto.

O SR. J. BARRETO - Sr. Presidente, Deputado Humberto Bosaipo; Comandante da Polícia Militar; Cel. Sales; Sr. Hardoim, Secretário de Gestão da Secretaria de Justiça do Estado; Sr. Brugnoli, do Corpo de Bombeiros; Srs. Deputados aqui presentes; todas as Associações aqui representadas, em nome da Dona Vera, aqui da Capital do nosso Estado.

Sr. Presidente, Vossa Excelência inicia um processo que esta Casa esta acostumada. Ela terá que decidir, ela terá que votar, Deputado Carlos Brito.

Como disse o Secretário Adjunto, tantas e tantas vezes, ao longo desses 12 anos de mandatos, desde 86, depois sai, voltei, é aqui que se vota. Se tem avanços ou não se tem avanços, é aqui realmente que se vai votar e transformar essa luta. Desde o mandato passado o sonho das categorias é realmente o Estatuto da Polícia Militar, que é a cartilha que vai reger a vida da Polícia Militar de suas famílias.

Realmente, nós queremos uma polícia cidadã orgulhosa, quando ela pegar o seu Estatuto e ver que realmente obtivemos resultados positivos.

É por isso que se abre aqui a oportunidade - e aqui eu quero parabenizar mais uma vez a Comissão - de estarem presentes nessa luta, as Associações representadas de todas as categorias.

Como disse o Presidente, Deputado Humberto Bosaipo, estive há pouco, juntamente com o Deputado Zé Carlos do Pátio e com o Deputado Zeca D'Ávila, reivindicando segurança à cidade de Rondonópolis. Realmente, a agenda do Secretário estava tomada. E lá nós pudemos discutir que quem nos paga é a sociedade. Portanto, todos vocês pertencem à sociedade e prestam serviço à sociedade. Então, nós queremos o quê? Uma polícia orgulhosa e definitivamente votar aquilo que chegar a um denominador que todos querem.

Eu dizia ao Coronel Sales que não podemos concordar, Deputado Humberto Bosaipo - e aí é pontual, questões que nós temos que reunir, nesses 90 dias, se Deus quiser, vamos votar - com a questão previdenciária, por exemplo, da aposentadoria. Outras categorias da sociedade se aposentam com 35 anos homem e com 30 anos mulher. A Polícia Militar não é igual a nós. Ela trabalha, ela é convocada para defender o estado de direito, a sociedade. É preciso, então, pontualmente, ver que, realmente, tem que haver essa diferenciação, com há em outros Estados. Não faz mal algum copiar aquilo que é importante, que está dando certo em outros Estados do Brasil.

Eu vejo que foi retirada uma questão que é simples, mas que é de fundamental importância, que é a do soldado, a do coronel, que está trabalhando e perde a sua vida. Não há mais o recurso funeral. É preciso ganhar pontualmente, discutir essas questões para que nós possamos ter um Estatuto que possa ser o Estatuto do sonho não só do soldado, do cabo, do sargento, do oficial, mas da família desse homem, dessa mulher, que está prestando esse serviço à sociedade.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR
Nº 56/04, QUE DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS MILITARES DO ESTADO DE MATO
GROSSO, REALIZADA NO DIA 10 DE MARÇO DE 2005, ÀS 14:30 HORAS.

Portanto, eu estou acreditando muito. Eu tenho sido aqui, na Assembléia Legislativa, ao lado de outros tantos companheiros que estão presentes, e um dos que eu cito é o Deputado Carlos Brito, Deputado de resultado...

Vamos trabalhar, vamos realmente ver, Sr. Presidente, Deputado Humberto Bosaipo, o Estatuto votado. Eu acho que o prazo é bom. Tenho certeza de que a nova Comissão de Segurança Pública e Comunitária da Assembléia Legislativa, que deve ser escolhida nesses próximos quinze dias, vai se antenar e, evidentemente, chamar para as discussões os encaminhamentos colocados nesta Audiência Pública, que foi de suma importância para que, em números menores, essa discussão possa chegar a uma discussão e que possamos votar e o Governo sancionar.

E quero dizer que estaremos presentes... Se participarmos da Comissão de Segurança Pública e Comunitária, estaremos presentes. Se não participarmos, estaremos presentes em todas as Audiências para ajudar, votar e contribuir para que o sonho do Estatuto viável ao policial militar desse Estado, ao Corpo de Bombeiros, seja uma realidade. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Antes de encerrar, vamos ouvir o Deputado Carlos Brito.

O SR. CARLOS BRITO - Sr. Presidente, Colegas Deputados.

Cumprimento, através do Comandante da Polícia Militar, o Cel. Sales e Cel. Brugnoli, Comandante do Corpo de Bombeiros, toda família militar que está aqui presente; Cel. Hardoim, Secretário Adjunto de Segurança Pública.

Primeiro, eu gostaria de me desculpar com os senhores e senhoras e com o Deputado Humberto Bosaipo de não ter podido participar de toda Audiência, em razão de que cada qual aqui tem a sua agenda própria, e, infelizmente, coincidiu com outro compromisso, até numa situação inversa, eu estava administrando uma situação de despejo de uma determinada comunidade e precisamos estar na audiência lá, ajudando a tentar superar essa situação que deu certo.

Mas, Sr. Presidente, eu quero enaltecer a iniciativa do Deputado Humberto Bosaipo, que não é nova a favor da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso.

Quando cheguei aqui na condição de Deputado, o Deputado Humberto Bosaipo já falava a favor da Corporação. Portanto, não faz nada de novo a não ser prosseguir com esta conduta, a qual outros Parlamentares, assim como nós, somamos pela importância que tem a Corporação para a população de Mato Grosso.

E rapidamente dizer que, da nossa parte, nós estaremos participando da discussão do Estatuto.

Tive a oportunidade de, no primeiro ano do atual Governo, na condição de Secretário-Chefe da Casa Civil, encaminhar várias situações para a Polícia Militar, assim como para o Corpo de Bombeiros. Devo dizer aqui, por justiça, que neste Governo, nos dois anos de Governo Blairo Maggi, foi feito um avanço significativo para as corporações, foram retomados os cursos internos, de Cabo, Sargento e Oficiais.

Na questão do subsídio para parte da categoria avançou, se não é o ideal, houve ganho. Há aí, no meu entendimento, não estou dizendo que seja o consenso, uma parcela disso, porque ficou a dever a Major, Capitão, mas, em nível de Praça, houve, no início do Governo, uma posição, discutida inclusive com os parlamentares nesta Casa de que uma vez que os Coronéis haviam, no Governo anterior, atingido até o ápice, era natural que os Praças, que estavam bem abaixo, fossem chamados a uma melhora de condição. Então, houve, sim, um posicionamento, não um privilégio, mas uma preferência, naquele instante, de fazer com que a base da polícia, que era em maior número, os Praças, pudesse dar uma erguida na sua condição.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR
Nº 56/04, QUE DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS MILITARES DO ESTADO DE MATO
GROSSO, REALIZADA NO DIA 10 DE MARÇO DE 2005, ÀS 14:30 HORAS.

Houve até, há alguns postos iniciais do oficialato, algum benefício, mas houve e ficou para trás realmente uma depressão em alguns desses postos que precisa ser registro.

Então, eu imagino que houve avanço no aspecto de logística e de aumento de efetivo. Estamos longe de atingir o ideal e o necessário para a população, mas é inegável que comparando tempo e o que se pode fazer, se fez algo de positivo para a Corporação.

E penso que tudo isso reflete também em ganhos até mesmo salariais. Na medida em que você melhora o subsídio você tem ganho, mas na medida em que você retorna os cursos e aqueles que se habilitam conseguem, por isso, uma promoção, com isso um salário maior.

Em nível de Praça também foram feitas promoções de várias formas, inclusive o “Jurunão”, no final de 2003, com mais de 100 promoções acontecidas naquela época.

Então, tudo o que se pode fazer, atendendo aqui a Assembléia Legislativa na época, a posição do próprio Governador e do Secretário Célio Wilson, do ex-Comandante-Geral, Coronel Orestes Oliveira e tenho conversado com o Coronel Sales...

Hoje a nossa condição aqui é diferente. Eu não sou Secretário de Estado, não sou Líder do Governo. Sou Deputado Estadual e vou ter que agir nessa condição. Portanto, não temos a mesma condição política que tivemos naquela oportunidade.

O Estatuto veio, foi retirado, como disse o Cel. Hardoim aqui, porque parte conversava conosco, parte da família miliciana, vamos dizer assim, com um entendimento. Outra parte conversa com outro grupo de Parlamentares, falando diferente. Chegou a uma situação que não havia um consenso.

O que se busca hoje, brilhantemente, por iniciativa do Deputado Humberto Bosaipo, é que façamos o caminho inverso, que se discuta o que a corporação quer, ou as corporações, Corpo de Bombeiros e Polícia Militar. E que o Governo possa avaliar efetivamente o que se pretende, porque do jeito que ficou, ficou invertido. Discutiu-se em pedaços. Então, temos que aprender com erros de percurso.

Então, aqueles erros lá de trás com certeza vão permitir que o Deputado possa conduzir essa discussão e no espaço de tempo curto. O Cel. Sales tem à disposição, assim como o Cel. Brugnoli tem nos dito. É importante que a tropa esteja contemplada nos seus interesses.

Mas é importante ressaltar também que não há condições, hoje, de remetermos coisas de tempos passados e acreditar que possa voltar, puro e simplesmente, porque a realidade é outra. Então, temos que fazer aquilo que é factível, que é possível, que é compatível para que possa ser honrado e ser cumprido.

E tem alguns pontos que temos que discutir corajosamente até porque são um pouco polêmicos. Eu, particularmente, me pergunto: Por que um policial treinado para estar nas ruas, quando ele se coloca à disposição dos demais Poderes, inclusive desta Casa e de outros, ainda recebem mais por isso? Isso gera uma série de descontentamentos internos. Isso é justo? Não estou questionando de estar ou não estar à disposição, mas pergunto: Ainda precisa de mais prêmio? E aquele outro que está na rua cumprindo o seu papel e outro que está enfrentando o povo? Então, são coisas que temos que ter opção. Se quiser ter determinado tipo de vantagens por estar aqui, por favor, abra mão de outro para que aquele que não teve essa oportunidade possa ser melhor contemplado. Então, são conversas que precisamos levar a sério. (PALMAS.). Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Agradecemos as autoridades que atenderam o convite para esta Audiência Pública, o Comandante da Polícia Militar, o Comandante do Corpo de Bombeiros, o Secretário Adjunto.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR
Nº 56/04, QUE DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS MILITARES DO ESTADO DE MATO
GROSSO, REALIZADA NO DIA 10 DE MARÇO DE 2005, ÀS 14:30 HORAS.

Ainda não acabou a Audiência Pública. Pediria a atenção... Ainda vamos ouvir o Hino do Estado de Mato Grosso. Eu pediria um pouquinho mais de atenção.

Agradeço os Deputados, à Deputada Verinha Araújo, às Associações e Grêmios da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar. Agradeço ao Major Wolkmer; ao Coronel Edir. Agradeço a toda nossa assessoria; ao Salvador, que possibilitou que nós tivéssemos aqui uma discussão de altíssimo nível.

A partir de agora, através deste documento, nós vamos disparar na Comissão de Segurança Pública e Comunitária esse trabalho.

Convido a todos para ouvirmos, de pé, o Hino de Mato Grosso.
(NESTE MOMENTO, É EXECUTADO O HINO DO ESTADO DE MATO GROSSO.)

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Antes de encerrar, queremos convidá-los para a próxima audiência pública, na terça-feira, dia 15, para discutirmos a situação das especialistas de educação. Agradecemos a todos.

Declaro encerrada a presente Audiência Pública.

Equipe Técnica:

- Taquigrafia:
 - Tânia Maria Pita Rocha;
 - Aedil Lima Gonçalves;
 - Cristina Maria Costa e Silva;
 - Donata Maria da Silva Moreira;
 - Isabel Luíza Lopes;
 - Regina Célia Garcia;
 - Rosa Antônia de Almeida Maciel Lehr;
 - Rosivânia Ribeiro de França;
- Revisão:
 - Nilzalina Couto Marques;
 - Ila de Castilho Varjão;
 - Laura Yumi Miyakawa.